

1. INTRODUÇÃO

O município de Paraty, localizado ao sul do estado do Rio de Janeiro, entre os dois principais centros econômicos do país, vem sofrendo com diversos problemas como falta de saneamento básico, falta de infra-estrutura turística, crescimento urbano desordenado, desmatamento, deficiência na saúde e educação, entre outros.

O Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro – PNGC, instituído pela Lei 7661/88 (anexo 1), representa a política pública nacional responsável pelo gerenciamento costeiro integrado. Esta política inclui todos os municípios costeiros do Brasil e alguns outros locais em particular. Desta forma o município de Paraty, por ser um município costeiro, se enquadra neste plano.

Na área de estudo encontramos 6 unidades de conservação e diversos bairros que apresentam realidades econômicas, ambientais e sociais diversificadas. Contudo, 80% da economia do município está baseada na atividade turística. O turismo de Paraty sustenta-se em função do Centro Histórico (que é tombado pelo Patrimônio Histórico Nacional) e por sua riqueza paisagística (praias, ilhas e cachoeiras). Todavia, estas características estão sendo abaladas por ações antrópicas.

Observando os conflitos existentes devido a estas ações e na pretensão de se conhecer o funcionamento do município de Paraty sob a ótica do gerenciamento costeiro integrado – GCI, elaboraram-se os objetivos deste trabalho. Em suma, foram identificados os atores governamentais e não governamentais do município de Paraty, assim como os principais problemas do local, as principais ações realizadas para a solução destes problemas, elaborando um perfil destes (caráter ambiental, econômico e social), com o intuito de subsidiar ações de caráter técnico para a implementação de um programa de gerenciamento costeiro integrado. Para isso aplicou-se entrevista nos principais atores sociais do município, baseando-se nas principais metodologias no âmbito internacional referentes ao GCI.

Analisando os paradigmas propostos pelo GESAMP (Joint Group of Experts on the Scientific Aspects of Marine Environmental Protection), ICAM (Integrated Coastal Area Management) e PNGC, constatamos que a primeira fase a ser levantada quando tratamos de GCI refere-se a identificação dos problemas e análise da região de estudo (pontos elaborados neste trabalho). Desta forma, cabe salientar que não há pretensão em se

desenvolver um trabalho do GERCO, ou seja, não há proposta para o desenvolvimento de uma política pública. Cabe a nós aplicar a metodologia do GCI para que esta sirva como um possível subsídio para a política pública nacional (PNGC). A formulação e implementação de um Plano Municipal de Gerenciamento Costeiro – PMGC em Paraty ordenaria o desenvolvimento deste município.

Além dos objetivos citados anteriormente, o trabalho preocupa-se em englobar as informações bibliográficas mais relevantes que dizem respeito ao município e que possam contribuir para a formulação de um PMGC. Aspectos físicos e históricos tornam-se importantes desta maneira. Assim, tendo em vista que o processo de GCI no município de Paraty conforme a metodologia citada e conforme o PNGC ainda é inexistente, torna-se visível a importância do presente estudo. Este pode ser considerado como um primeiro passo dentro deste processo.

Desta forma, almejamos que este trabalho contribua para que Paraty tenha um desenvolvimento ordenado, onde os atores sociais sejam articulados e ajam como parceiros entre si, buscando sempre a transparência e participação da sociedade no desenvolvimento de suas ações.

2. OBJETIVOS

2.1. Geral

- Analisar as ações de intervenção existentes no município de Paraty, com fim de análise dos problemas existentes sob a ótica do gerenciamento costeiro integrado.

2.2. Específicos

- Identificar os atores governamentais e não governamentais do município de Paraty;

- Levantar os principais problemas deste município;

- Levantar as principais ações realizadas para a solução destes problemas, ou seja, quais são os principais projetos/planos na área de estudo;

- Elaborar um perfil atual da situação dos projetos desenvolvidos na área de estudo;

- Subsidiar ações de caráter técnico para a implementação de um programa de gerenciamento costeiro integrado.

3.JUSTIFICATIVA

De acordo com a proposta desta pesquisa, foram levantados diversos aspectos de caráter ambiental, social e econômico no município de Paraty. Objetivou-se prioritariamente identificar os atores governamentais e não governamentais do município de Paraty, assim como os principais problemas do local, as principais ações realizadas para a solução destes problemas (elaborando um perfil destes), com o intuito de subsidiar ações de caráter técnico para a implementação de um programa de gerenciamento costeiro integrado. Para isso aplicou-se entrevista nos principais atores sociais do município, baseando-se nas principais metodologias no âmbito internacional referentes ao GCI, gerando informações inéditas até então na região de estudo.

Sabendo-se que a obtenção de informações integradas a respeito da área de estudo é bastante difícil, pois estas se encontram em instituições distintas e muitas vezes não existem, conferimos a importância deste trabalho para os tomadores de decisão em geral (e a qualquer pessoa) que necessitem obter informações sobre as questões ligadas ao GCI no município de Paraty.

Sendo este local um dos principais pólos turísticos do estado do Rio de Janeiro, além de ser um Patrimônio Histórico Nacional, a execução de um plano municipal de gerenciamento costeiro integrado torna-se de extrema importância para que o local tenha seu desenvolvimento planejado e principalmente que este consiga perante a ONU (Organização das Nações Unidas) o título de Patrimônio Histórico da Humanidade (título que traria diversos benefícios ao município), que é um dos principais objetivos da gestão governamental atual do local.

A conservação deste patrimônio e da natureza que o circunda, encontra-se ameaçada por diversos fatores, que serão descritos no decorrer deste trabalho. Torna-se imprescindível a análise dos principais problemas ambientais, sociais e econômicos da região, tal como das ações que vem sendo desenvolvidas para melhoria ou solução destes problemas.

O Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC), instituído pela lei 7661/88, objetiva implementar o gerenciamento costeiro integrado em todo litoral do Brasil. Este tem como instrumento, entre outros, o Plano Municipal de Gerenciamento Costeiro (PMGC). Assim, cabe aos municípios costeiros estabelecerem este plano.

Criou-se no ano de 2002 o Projeto Orla, que visa capacitar os municípios costeiros para desenvolverem o GERCO. Desta forma, o presente trabalho apresenta-se como uma

contribuição para essa política pública, pois este fornece subsídios para a aplicação das principais metodologias do GCI.

4. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

4.1. Caracterização da Zona Costeira do Brasil

A Zona Costeira brasileira, que compreende uma faixa de 8.698 km de extensão e largura variável, contempla um conjunto de ecossistemas contíguos sobre uma área de aproximadamente 388 mil km². Segundo os critérios estabelecidos pelo Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro-PNGC, esta zona abrange uma parte terrestre, com um conjunto de municípios selecionados segundo critérios específicos, e uma área marinha, que corresponde ao mar territorial brasileiro, com largura de 12 milhas náuticas a partir da linha de costa.

Segundo dados do IBGE (1996-2000), essa faixa concentra 23,93% da população do país, abrigada em cerca de 400 municípios, com uma densidade média de 87hab/km², cinco vezes superior à média nacional (17 hab./km²). No Estado do Rio de Janeiro 83,4% da população é residente em áreas litorâneas. O número de habitantes em áreas urbanas correspondia, em 1991, a 87,66% do total, destacando-se que treze das dezessete capitais dos estados litorâneos situam-se à beira-mar. As atividades econômicas costeiras são responsáveis por cerca de 70% do PIB nacional.

A zona costeira brasileira pode ser considerada uma região de contrastes, sendo, por isso, um local para o exercício de diferentes estratégias de gerenciamento costeiro integrado - GCI. Nesta região são encontradas áreas que coincidem intensa urbanização, atividades portuárias e industriais, exploração turística em larga escala, entre outros. No entanto, todo este desenvolvimento é dado em locais onde se encontra grande riqueza natural, regiões estuarinas, áreas de manguezais, baías abrigadas e diversos ecossistemas que necessitam ser conservados.

Nesses locais, definem-se, em geral, quadros problemáticos do ponto de vista do GCI, demandando ações de caráter corretivo. Para isso, torna-se necessária uma política

administrativa dos espaços e recursos comuns e de controle do impacto sobre o ambiente marinho, decorrente de poluição e contaminação por diferentes tipos e fontes.

A questão comum nas regiões costeiras está na diversidade dos problemas, na fragilidade dos ambientes encontrados e na complexidade de seu gerenciamento, com uma demanda enorme por capacitação e mobilização dos diversos atores envolvidos, pressupondo intervenções integradas, redirecionadoras das políticas públicas nacionais incidentes nessa região.

4.2. A Situação Atual da Costa Brasileira

Segundo Polette & Rosso (2001), os dados da Organização de Agricultura e Alimentos dos Estados Unidos, *Food and Agriculture Organizations*, FAO, (1998) cerca de 20,6% da população mundial vivia a menos de 30 km da linha da costa no ano de 1994. Atualmente, aproximadamente dois terços das maiores cidades costeiras do mundo, com mais de 2,5 milhões de habitantes, localizam-se em áreas estuarinas. Neste cenário, o Brasil possui 22% da sua população concentrada em 398 municípios costeiros. A alta densidade populacional nessas regiões acrescida de fatores socioeconômicos e legislativos apresenta-se como um grande desafio na implementação integral dos instrumentos do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC) em todos os níveis, sejam estes espaciais, institucionais ou setoriais.

Portanto, é fundamental possibilitar a implementação, na sua totalidade, de programas de gestão ambiental coerentes com a realidade em que vivemos compatibilizando assim a utilização e ocupação da zona costeira brasileira de forma organizada e de acordo com os mais diversos interesses políticos, sociais, econômicos e conservacionistas.

4.3. Conceito de Desenvolvimento Sustentável

O antigo conceito gerado pelos ecologistas de preservação ambiental baseado na intocabilidade dos recursos naturais, há algum tempo foi superado e substituído por outro que condiciona a preservação a um novo modelo de desenvolvimento da civilização, fundamentado no uso racional dos recursos naturais, para que estes possam continuar

disponíveis às gerações que ainda virão. Este desenvolvimento não esgota, mas conserva e realimenta sua fonte de recursos naturais e não inviabiliza a sociedade, promovendo a repartição justa dos benefícios alcançados. Com isso, aos capazes de se manter no espaço e no tempo, damos o nome de *desenvolvimento sustentável*.

O conceito de desenvolvimento sustentável é resultado das discussões sobre os limites naturais do planeta para a expansão do ritmo de utilização de recursos não renováveis, o crescimento populacional e o modelo urbano-industrial das sociedades ocidentais, iniciadas na década de 70.

A responsável por semear o paradigma do desenvolvimento sustentável em todo o mundo foi a publicação “Nosso Futuro Comum” de autoria da Comissão Mundial Sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, em 1987. (Fernandes, 1999).

Desta forma, o Brasil por ser um país de imensa costa e com grandes problemas a serem resolvidos, criou em 1988 o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro – PNGC, com o intuito de gerar diretrizes a serem seguidas por todos os atores de regiões costeiras, de forma a poderem se apoiar em fatores legais. Com isso, o PNGC documenta-se na forma da lei 7661/88.

No ano de 1992, com a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como RIO-92, realizada no Rio de Janeiro, inúmeras questões ambientais foram discutidas por autoridades de 170 países. O resultado disto foi a criação da Agenda 21, que contém uma série de metas a serem atingidas. Vale destacar alguns capítulos fundamentais para o estudo do gerenciamento costeiro integrado, como:

- Capítulo 5: Dinâmica demográfica e sustentabilidade;
- Capítulo 8: Integração entre o meio ambiente e desenvolvimento na tomada de decisões;
- Capítulo 17: Proteção dos oceanos, de todos os tipos de mares fechados e semi-fechados – e das zonas costeiras de proteção. Uso racional e desenvolvimento de seus recursos vivos;

- Capítulo 18: Proteção da qualidade do abastecimento dos recursos hídricos: aplicação de critérios integrados no desenvolvimento, manejo e uso dos recursos hídricos;
- Capítulo 21: Manejo ambientalmente saudável dos recursos sólidos e questões relacionadas com esgotos;
- Capítulo 27: Fortalecimento do papel das Organizações Não-Governamentais: parceiros para um Desenvolvimento Sustentável; e
- Capítulo 35: A ciência para o Desenvolvimento Sustentável.

Os demais capítulos também são de extrema importância a este estudo.

4.4. A Agenda 21

A implementação da Agenda 21 pressupõe a tomada de consciência por todos os indivíduos sobre o papel ambiental, econômico, social e político que desempenham em sua comunidade e exige, portanto, a integração de toda a sociedade no processo de construção do futuro. Entendemos que essa forma de ação, em que a sociedade compartilha com o governo as responsabilidades pelas decisões, permite uma maior agregação em torno do projeto de desenvolvimento, aumentando suas chances de implementação.

Os países que assumiram o desafio de incorporar em suas políticas públicas o desenvolvimento sustentável desenvolveram desta forma suas próprias Agendas 21. O processo teve seu início a partir da definição de seis temas (Agricultura Sustentável, Cidades Sustentáveis, Infra-estrutura e Integração Regional, Gestão dos Recursos Naturais, Redução das Desigualdades Sociais e Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Sustentável).

O Ministério do Meio Ambiente (MMA) é o órgão governamental responsável pela elaboração e execução da Agenda 21 no Brasil. Vale ressaltar que simultaneamente à Agenda nacional, é necessário que a sociedade também se engaje na construção das Agendas 21 estaduais e locais, pois sabemos que a qualidade ambiental global é um reflexo das escolhas feitas nas comunidades de todo o mundo. Na construção dessas

agendas, a comunidade, ao conhecer suas deficiências e identificar soluções para elas, tem a oportunidade de mobilizar consciências, de propor alternativas e de reivindicar o apoio público necessário para a implementação do plano de desenvolvimento local; e se concebido, será capaz de conduzi-la à sustentabilidade.

Tornadas realidade, as Agendas 21 poderão fertilizar toda a vida econômica, social e política do país com o novo conceito de desenvolvimento fundamentado na qualidade ambiental e na justiça social.

4.5 O Gerenciamento Costeiro Integrado

No ano de 1998 foi criada o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC), instituído pela Lei 7661/88. Os detalhamentos e operacionalização foram objeto da Resolução nº 01/90 da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), de 21/11/90, aprovada após audiência do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA). A própria Lei já previa mecanismos de atualização do PNGC, por meio do Grupo de Coordenação do Gerenciamento Costeiro (COGERCO).

Segundo a lei 7661/88 e o II Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro: “Gerenciamento Costeiro é um *conjunto de atividades e procedimentos* que, através de *instrumentos específicos*, permite a gestão dos recursos naturais da zona costeira, de forma participativa, objetivando a melhoria da qualidade de vida das populações locais, a preservação dos habitats específicos indispensáveis à preservação da fauna e flora, adequando as atividades humanas à capacidade de suporte dos ecossistemas”.Polette (2002, *apud* Brasil;1988).

Gerenciamento costeiro se refere a qualquer programa governamental com o propósito de utilizar ou conservar um recurso costeiro, ou um ambiente específico ali localizado. É o termo utilizado de uma forma mais ampla, e é entendido de forma a incluir todos os tipos de instituições governamentais, bem como a sociedade. O uso desse termo implica que uma unidade governamental administre o programa, e distingue a área costeira como uma unidade geográfica aparte entre o domínio do oceano e o domínio terrestre. Os recursos e os ambientes que são gerenciados definirão, portanto, uma extensão geográfica de área costeira. Polette (2002, *apud* Sorensen, 1990).

Com isso, todos os setores envolvidos na implementação do gerenciamento costeiro integrado devem ser incluídos de forma transparente. Vale destacar alguns setores primordiais que devem ser abordados na política do gerenciamento costeiro integrado, como: o setor *econômico*, que inclui a pesca, a maricultura, o turismo, a indústria, a agricultura, entre outros; o setor que compõe a *sociedade organizada*, ou seja, associações, sindicatos, cooperativas; o *terceiro setor*, com a iniciativa privada e organizações não-governamentais; o setor da *ciência*, representado principalmente pelas universidades e o *setor governamental*, que se divide nas gestões de responsabilidade federal, estadual ou municipal.

Em nível mundial, o aprimoramento do gerenciamento costeiro integrado passou a ser um importante instrumento político para as atividades de planejamento e gerenciamento na zona costeira. Foi iniciado nos Estados Unidos pelo “The Costal Zone Management Act”, de 1972, por meio do Congresso Americano e depois reconhecido por outros países como uma eficiente forma para atingir o desenvolvimento ordenado dos recursos costeiros marítimos (Polette, *op.cit.*).

Segundo critérios estabelecidos pelo Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro, como já foi citado anteriormente, a zona costeira brasileira possui 398 municípios (IBGE, 2000) ao longo dos 17 estados costeiros. Desta forma, gerenciar esta área consiste em um desafio técnico, institucional, administrativo e legal, especialmente se considerarmos não apenas as diversas realidades regionais, mas também como desenvolver estratégias de acordo com diferentes níveis de distribuição populacional. Segundo Polette & Rosso (2001, *apud* Muehe & Neves, 1995), acrescenta-se ainda a importância das implicações da elevação de nível do mar para as administrações municipais neste século.

Tem-se então como área de abrangência do Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro todo território nacional em área de zona costeira, sendo que a faixa marítima compreende até 12 milhas marítimas, ou seja, cerca de 22 quilômetros. Já a faixa terrestre compreende os municípios defrontantes com o mar; os localizados em regiões metropolitanas litorâneas, os conturbados às grandes cidades e capitais estaduais litorâneas; os municípios situados até 50 km linha de costa que gerem impacto ambiental na zona costeira; e os municípios estuarino-lagunares. (Polette & Rosso, *op.cit.*).

Logo é premente a implementação desta política pública, pois o intenso processo de urbanização existente ao longo do litoral brasileiro vem acarretando perda da

biodiversidade e da produtividade dos mais diversos ecossistemas, bem como a perda de importantes valores culturais de inúmeras populações tradicionais, tais como pescadores artesanais, índios, entre outros.

Segundo Polette, M. & Silva, L. (2002), como síntese do que é o PNGC, podemos descrever (Quadro 1):

Quadro 1. Síntese do PNGC.

CARACTERÍSTICAS	PNGC
LEI	- Federal N.º 7.661, de 16 de maio de 1988. PNGC I - Resolução CIRM Nº 05, de 03 de dezembro de 1997. PNGC II
MATÉRIA	- Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e dá outras providências.
ABRANGÊNCIA	Todo território nacional em área de Zona Costeira: <u>Faixa Marítima:</u> - Até 12 milhas marítimas. <u>Faixa Terrestre:</u> - Municípios defrontantes c/ mar; - Localizados em regiões metropolitanas litorâneas, - Conurbados às grandes cidades e capitais estaduais litorâneas; - Municípios situados até 50km linha de costa que gerem impacto ambiental na Zona Costeira; - Municípios estuarino-lagunares; - Municípios cujos limites estejam na totalidade nos casos descritos acima.

<p align="center">PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Gestão integrada e participativa dos ambientes terrestre e marinho quanto às políticas públicas; - Observa a PNMA – Política Nacional de Meio Ambiente e a PNRM- Política Nacional de Recursos Minerais, e articula com as demais políticas incidentes na sua área de abrangência e de atuação, principalmente com a PNRH – Política Nacional de Recursos Hídricos; - Preservação, conservação, controle e recuperação das áreas representativas dos ecossistemas da ZC;
<p align="center">OBJETIVOS</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Ordenamento do uso e ocupação dos espaços costeiros; - Gestão integrada, descentralizada e participativa das atividades socioeconômicas; - Diagnóstico da qualidade ambiental da zona costeira; - Incorporação dimensão ambiental nas políticas setoriais voltadas à Zona Costeira; - Controle sobre agentes de poluição ou degradação ambiental costeira; - Produção e difusão do conhecimento necessário ao desenvolvimento e aprimoramento das ações do GERCO.
<p align="center">INSTRUMENTOS</p>	<p>Além dos previstos no Artigo 9º da Lei 6.938/81, estes:</p> <ul style="list-style-type: none"> - PEGC – Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro; - PMGC – Plano Municipal de Gerenciamento Costeiro; - SIGERCO – Sistema de Informação do Gerenciamento Costeiro; - SMA-ZC – Sistema de Monitoramento Ambiental da Zona Costeira; - RQA-ZC – Relatório de Qualidade Ambiental da Zona Costeira; - ZEEC – Zoneamento Ecológico Econômico Costeiro; e - PGZC – Plano de Gestão da Zona Costeira.

DIRETRIZES	<ul style="list-style-type: none"> - Compatibilização de ações do GERCO com políticas que incidam sobre zona costeira; - Promoção de forma participativa dos planos estaduais e municipais; - ZEE nos estados; - Continuidade ao SIGERCO; - Compatibilização e complementação as normas legais vigentes na ZC; - Implementar ações que valorize as atividades econômicas sustentáveis de comunidades tradicionais da Zona Costeira; - Planejar o PNGC com base nos POA nonos níveis Federal, Estadual e Municipal; - Sistematizar a divulgação dos resultados obtidos no PNGC.
-------------------	--

4.6. Instrumentos Para Implementação do PNGC

Para colocar em prática as ações de gerenciamento costeiro, são necessários instrumentos. Existem vários instrumentos para se implementar o gerenciamento costeiro, como já citado anteriormente no Quadro 1. Exemplificando as formas de execução destes instrumentos temos o ZEE, em forma de mapeamento; planos e ações de monitoramento na forma de qualidade de água, índice de desflorestamento, de erosão, etc. Vale ressaltar que todos os dados coletados devem ser colocados no SIGERCO (Banco de Dados do Ambientes Costeiros) a fim de gerenciamento.

Estes instrumentos podem ser considerados eficazes, pois podem ser plenamente compatibilizados com as mais diversas políticas públicas atuantes na zona costeira, como a Política e Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, o Estatuto da Cidade, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, entre outros. Entretanto, para que possam ser implementados na sua totalidade, é exigida a participação da sociedade de forma responsável e compromissada nas tomadas de decisões, especialmente em nível municipal, contribuindo desta forma, para elevar a qualidade de vida da população do litoral, bem como a proteção de seu patrimônio natural, histórico, étnico e cultural.

Várias premissas são fundamentais, sob o ponto de vista técnico, legal, administrativo e especialmente de caráter institucional para que o programa possa ser implementado de fato e com eficácia, levando a uma gestão multi-setorial efetiva, incluindo a agricultura, pesca, maricultura, transporte, turismo, atividades portuárias e urbanas, etc.

No estudo de caso deste trabalho, como se propõe gerar subsídios para a formulação de um Plano de Gerenciamento Integrado do município de Paraty, vale ressaltar as premissas do Plano Municipal de Gerenciamento Costeiro – PMGC. Este, legalmente estabelecido, deve explicitar os desdobramentos do PNGC e do PEGC, visando a implementação da Política Municipal de Gerenciamento Costeiro, incluindo as responsabilidades e os procedimentos institucionais para a sua execução. O PMGC deve guardar estreita relação com os planos de uso e ocupação territorial e outros pertinentes ao planejamento municipal.

Todavia, o gerenciamento costeiro ainda tem grandes desafios a serem vencidos, principalmente em relação à ação dos governos (municipal, estadual e federal). Um dos maiores desafios atuais é de fazer compreender efetivamente o que é a política pública do gerenciamento costeiro, incluindo suas potencialidades, oportunidades e a representatividade que esta política tem na administração dos quase 400 municípios costeiros do Brasil. Desta forma, estes governos devem ser responsáveis pela manutenção e preservação do meio ambiente, reversão do processo de destruição da biodiversidade, aumento da produtividade já existente na zona costeira, bem como pela melhoria de qualidade de vida da população ali vive.

4.7. O Processo de Gerenciamento Costeiro Integrado

O processo de gerenciamento costeiro integrado deve ser desenvolvido buscando um balanço das atividades potenciais de forma a planejar os espaços costeiros e oceânicos, proporcionando condições para uma visão a curto, médio e longo prazo, promovendo assim usos apropriados na zona costeira. Este deve ser composto por cinco fases de desenvolvimento. Polette (2002, *apud* Gesamp,1996):

Identificação de Problemas e Análise

Primeiramente, é necessário formar um grupo central de trabalho, entrar em contato com as principais lideranças locais e profissionais das mais diferentes áreas. É

importante estabelecer-se um vínculo de confiança com os tomadores de decisão para que haja o apoio ao projeto que será desenvolvido.

A análise e identificação dos principais problemas de caráter ambiental, social, econômico, político, etc, existentes no local de estudo são de extrema importância, assim como todas as ações que já tenham ocorrido, ou que estejam ocorrendo, para solucionar estes problemas. Para isso, há de se levantar a documentação básica em nível municipal e regional, levantar os atores sociais, elaborar mapas básicos para o desenvolvimento do zoneamento ecológico econômico (ZEE) para que se possa sistematizar os dados obtidos (problemas encontrados), entre outros. Vale destacar que para um bom desenvolvimento desta fase do trabalho é essencial que haja transparência em todas as ações tomadas.

Preparação do Plano

Com base nos subsídios gerados com a identificação dos problemas e ações já desenvolvidas, elabora-se um plano de gerenciamento costeiro integrado, formulando linhas de ações com o intuito de solucionar os problemas constatados e gerar um desenvolvimento sustentável ótimo na região proposta.

Para isso, é necessário fazer reuniões com os representantes das instituições com representação na área de estudo para apresentação das propostas dos Planos de Gestão.

Adoção Formal e Financiamento

Neste momento, apresenta-se o plano aos diversos setores produtivos do local de estudo e captam -se recursos para o financiamento do plano de ação. Estes recursos podem ser adquiridos na forma de incentivos fiscais, recursos governamentais, patrocínios, iniciativa privada, entre outros.

Necessita-se também de realizações formais, tais como formulações de possíveis leis, decretos, entre outros. A capacitação de indivíduos para realizarem as ações a serem implementadas é também de extrema relevância.

Implementação

A implementação do plano de gerenciamento costeiro integrado deve ser de modo transparente e descentralizado, contando com o apoio efetivo da sociedade, que deve estar consciente da importância deste plano, assim como de seus deveres para uma efetiva implementação. Para isso, é necessária uma formalização do grupo local para a gestão do litoral, havendo, logicamente, habilitação destes grupos.

Outra medida a ser tomada nesta fase é o repasse dos recursos. Estes devem ser redistribuídos para prefeituras, Ong's, associações, entre outros; a fim de se implementar os programas propostos. O monitoramento destes programas é de extrema importância, visto que determinados processos da natureza, como erosão, qualidade da água, balneabilidade, desmatamento, etc, só apresentam um resultado significativo ao longo do tempo. Com os resultados deste monitoramento pode-se elaborar um Relatório de Qualidade Ambiental – RQA.

Avaliação

Passados alguns anos, é essencial fazer-se uma avaliação da qualidade ambiental, assim como observar os resultados das ações implementadas para a execução do plano de gerenciamento costeiro integrado como um todo. É o momento em que se avalia a relevância do programa, a sua efetividade, o seu custo e benefício.

Para isso, torna-se necessário utilizar mecanismos de avaliação ao longo de tempos pré-determinados, de forma que o programa possa gerar resultados satisfatórios. Caso o resultado desta avaliação seja positivo, o gerenciamento costeiro poderá atingir sua sustentabilidade, visto a maior confiança dos financiadores em apoiar os projetos. Em caso negativo, os projetos poderão ser descredenciados e uma reavaliação do plano adotado deve ser feita.

4.8. Estratégias, Políticas e Planos de Gerenciamento Costeiro

Sob supervisão do Ministério do Meio Ambiente, por intermédio do Projeto de Gestão Integrada dos Ambientes Costeiro e Marinho, no âmbito da Diretoria de Proteção e Melhoria da Qualidade Ambiental (PQA) e da Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos (SQA) são implementados a estratégia, a política e os planos nacionais referentes à gestão integrada da zona costeira e marinha e à proteção desses ambientes.

No que se refere a Programas e Projetos específicos para gestão integrada da zona costeira e marinha, e a seus objetivos e metas, o Brasil dispõe de dois programas de âmbito federal, O GERCO e o REVIZEE, como seguem:

4.8.1. *Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro (GERCO)* – cujo objetivo é operacionalizar o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC), com o propósito de

planejar e gerenciar, de forma integrada, descentralizada e participativa, as atividades socioeconômicas na Zona Costeira, de forma a garantir a utilização sustentável, por meio de medidas de controle, proteção preservação e recuperação, dos recursos naturais e ecossistemas costeiros. Busca-se, assim, estabelecer uma estratégia continuada de planejamento e gestão ambiental dos espaços costeiros, com o desenvolvimento e fortalecimento de um processo transparente de administração de interesses, apoiado por informações e tecnologia.

4.8.2. *Programa de Avaliação do Potencial Sustentável de Recursos Vivos na Zona Econômica Exclusiva (REVIZEE)* – cujo objetivo é proceder ao levantamento dos potenciais sustentáveis de captura dos recursos vivos na ZEE, vem sendo implementado de acordo com as seguintes etapas:

(i) determinação das distribuições, sazonalidades, abundâncias e potenciais sustentáveis de recursos vivos na ZEE, utilizando técnicas de prospecção pesqueira e avaliação de estoques;

(ii) obtenção de um quadro referencial climatológico e de uma visão oceanográfica de caráter abrangente, para as áreas física, química, geológica e biológica, que subsidiem a compreensão da dinâmica dos recursos vivos na zona; e

(iii) análise dos potenciais sustentáveis e suas perspectivas de exploração, a partir da integração das informações de abundância e características ambientais.

Tendo em vista os objetivos deste trabalho, considera-se o GERCO como instrumento de maior relevância para elaboração de um Plano Municipal de Gerenciamento Costeiro, pois este plano terá que respeitar as normas estaduais e federais em sua elaboração. Desta forma, diversos atores estão envolvidos, tendo cada um sua devida importância, não sendo desnecessário comentar que existe uma hierarquia de poder de decisão destes atores, que deve ser respeitada. Entretanto, as experiências comprovam que quanto mais descentralizada for a execução do plano de gerenciamento costeiro integrado, mais eficaz este será.

Assim sendo, temos na atual conjuntura brasileira os níveis de execução do GERCO nas esferas federal e estadual. Planeja-se, contudo, criar-se uma esfera municipal em todo o litoral brasileiro, para que assim o GERCO possa ser efetivamente implementado.

4.8.2.1. Níveis de Execução do GERCO

a) Órgãos Responsáveis Pela Esfera Federal

Ministério do Meio Ambiente, através da Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos, Programa de Gerenciamento Ambiental Territorial, Projeto de Gestão Integrada dos Ambientes Costeiro e Marinho.

b) Órgãos Responsáveis Pela Esfera Estadual (Rio de Janeiro)

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente – FEEMA.

4.8.2.2. Estrutura e Funcionamento do GERCO

O Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC) tem sido implementado pelo GERCO. A operacionalização do GERCO pressupõe o desenvolvimento de uma estratégia de sistematização da informação, ou seja, do conhecimento da realidade, de planejamento conseqüente com esse conhecimento e de uma execução baseada no envolvimento e na integração intersetorial das ações públicas e na transparência das relações entre governo e sociedade.

Tem-se nesta estrutura de funcionamento do programa o Ministério do Meio Ambiente (MMA) como coordenador nacional e os governos dos 17 estados litorâneos como executores, os quais buscam integrar suas ações com os municípios. A Coordenação Nacional insere-se no âmbito da Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos (SQA), conforme atribuição reafirmada pelo artigo 8º do Decreto nº 2.972, de 26/02/99, que aprova a estrutura regimental do Ministério. Os itens VI e VII deste artigo atribuem à SQA, a proposição de políticas e normas, a definição de estratégias e a implementação de programas e projetos nos temas relacionados, respectivamente, com: VII - *o ordenamento territorial*; e VIII - *a gestão integrada dos ambientes costeiro e marinho*.

Na esfera federal, o MMA além da função coordenador das ações estaduais e municipais, que implica em assistência técnica permanente, fortalecimento institucional e acompanhamento do desenvolvimento dos projetos, tem um campo de ação específico.

Trata-se da rearticulação das políticas públicas da União, cujos efeitos incidem sobre a zona costeira, de forma a compatibilizá-las com diretrizes de desenvolvimento sustentável e com as ações efetivadas por iniciativa dos estados e municípios. Este campo de ação culminou na montagem de um Plano de Ação Federal, articulando intersetorialmente esta esfera de governo, com a previsão de ações integradas de curto, médio e longo prazos. Este Plano foi desenvolvido no âmbito do Grupo de Integração do Gerenciamento Costeiro (GI-GERCO), fórum de integração das ações federais voltadas à zona costeira, que funciona no âmbito da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), também sob a coordenação do MMA. Este fórum conta com a participação de setores federais, de representantes dos estados, municípios e das organizações não-governamentais de regiões costeiras representadas no CONAMA.

No entanto, estas políticas ainda não podem ser observadas com eficácia na maioria dos estados costeiros, visto que há uma demora na implementação e elaboração dos planos de ação.

O trabalho intersetorial é reforçado, também, pela Câmara Técnica Permanente do Gerenciamento Costeiro, no âmbito do CONAMA, em especial naquelas ações de revisão e aperfeiçoamento dos aspectos legais e normativos aplicáveis ao GERCO.

Como ações realizadas e resultados obtidos no município do Rio de Janeiro, o MMA cita:

- Região dos Lagos (2.695 Km²) – diagnóstico;
- Macroplano de Gestão (Sepetiba e Ilha Grande);
- Plano Estadual de Gestão Costeira; e
- Setor de Geoprocessamento.

Com isto, pode-se constatar que ainda não se efetivou nenhum plano de gerenciamento costeiro integrado a nível municipal, ponto de enfoque neste trabalho.

4.10. A Importância da Paisagem

“No processo de gestão ambiental das áreas costeiras, a abordagem da paisagem é essencial para compreendermos a relação do homem com a utilização racional dos elementos formadores da paisagem (clima, relevo, solo, vegetação, ciclos hidrológicos, etc), bem como as interações institucionais sejam estas verticais (setoriais) e/ou horizontais (diversos níveis governamentais)” (Polette, 2002). Isto portanto é de extrema relevância dentro do processo de gerenciamento costeiro dentro do município de Paraty, pois este local é caracterizado por sua riqueza paisagística, entre outros.

5. ÁREA DE ESTUDO

5.1 O Município de Paraty

O município de Paraty encontra-se no extremo sul do Estado do Rio de Janeiro, com limites no município de Angra dos Reis em Tarituba, com o Estado de São Paulo na Vila de Trindade e no Parque Nacional da Serra da Bocaina.

Na sua fronteira marítima se insere a Baía de Paraty, com 65 ilhas (desde a Ilha do Algodão, em Mambucaba, até a Ilha da Trindade, em Trindade) e mais de uma centena de praias. Segundo IBGE (1996), o município tem uma área de 928,467 Km², contando com uma população de 27.127 habitantes, correspondendo a 53,3% da área e 23,3% da população da região da Baía da Ilha Grande. Este número representa uma densidade demográfica de 31,9 habitantes por Km².

Segundo a FCIDE (2002), o mesmo município conta 17.049 eleitores, sendo destes 52% população rural. O acesso à cidade de Paraty é fácil, pois a rodovia Rio-Santos, trecho da BR-101, atravessa todo seu território no sentido norte-sul, enquanto a rodovia estadual RJ-165 o faz de leste a oeste.

O território municipal integra a região turisticamente conhecida como “Costa Verde” fluminense, onde vem se desenvolvendo um dos maiores parques náuticos do

país. Desta forma, compõe uma região repleta de reentrâncias naturais, favorecendo a implantação de marinas, as atividades de aquacultura, pesca, entre outros.

Segundo a FCIDE (2002), o município de Paraty distribui-se em três distritos:

-Paraty (sede);

-Paraty Mirim (2^o distrito);

-Tarituba (3^o distrito).

As sedes distritais localizam-se ao longo da zona costeira.

5.2. Localização

Com localização geográfica 23^o13'04" de latitude sul e 44^o42'47" de longitude oeste (FCIDE, 2001), o município está incluído na microrregião da Baía da Ilha Grande e na região de governo de mesmo nome, classificada pelo IBGE (2003) como mesoregião 3305. Podemos visualizar a área de estudo no Mapa 1, ao extremo sul do estado do Rio de Janeiro e no Mapa 2 podemos visualizar o município em uma escala menor.



Mapa 1. Divisão municipal do Estado do Rio de Janeiro. (Área delimitada corresponde ao Parque Nacional de Serra da Bocaina).



Mapa 2: Mapa evidenciando os principais bairros do município de Paraty.

5.3. Aspectos Históricos

Descoberta em 1531, Paraty é um local de privilegiada paisagem; possuindo fauna e flora muito diversificada, além de uma baía abrigada. Este fato fez aglomerar uma população indígena (índios Guaianás) no local desde a primeira metade do século XVI. Com isso, os colonos migraram para a região em busca de silvícolas para escravizar na lavoura de cana-de-açúcar. Desta forma, estabeleceu-se às margens do rio Perequê-Açú um pequeno núcleo e, em 1667, Paraty foi fundada em torno da Igreja de Nossa Senhora dos Remédios, sua padroeira. A vila adquiriu foros de cidade em 1844 e em 1966, a cidade foi nomeada Monumento Histórico Nacional devido a sua riqueza arquitetônica preservada no Centro Histórico, contento igrejas (fig. 1), evidências maçônicas, construções de época, entre outros.



Figura 1. Igreja da Matriz.

Os índios locais habitavam duas áreas diferentes do terreno: A Aldeia de Baixo e a Aldeia de Cima. Durante o verão, abrigavam as partes mais altas, dentro do que é hoje o Parque Nacional da Serra da Bocaina. No inverno, desciam para as proximidades do mar, pois com temperaturas mais amenas o local tornava-se mais agradável e ideal para pesca. Para percorrer este trajeto os índios abriram uma trilha, que mais tarde, com a chegada dos colonos, tornou-se o principal atrativo da região.

Esta trilha ligava a cidade ao Vale do Paraíba, subindo pela Serra do Mar. O ouro encontrado no Vale do Paraíba precisava ser transportado até o mar, para ser enviado a Portugal. Desta forma, Paraty possuía as condições ideais, pois sua baía, por ser abrigada, tinha boas condições para navegação e proteção contra piratas, muito frequentes na época.

Primeiramente a Corte nomeou aquele caminho de Estrada Real que, partindo de Paraty, chegava ao Vale Paraibano paulista e entrava nas Minas Gerais, passando por São João Del Rey, com bifurcações em Ouro Preto e Mariana, margeando Sabarbusú (Sabará) e Conceição do Serro e se estendendo até o Arraial do Tijuco (Diamantina).

Dentre outras importâncias econômicas e históricas, esta trilha fez originar diversas cidades. Por exemplo, tem-se a cidade de Cunha, antiga Freguesia do Facão, a meio caminho entre Paraty e Guaratinguetá. Este caminho de Paraty e aquele de Santos, também para o interior, eram portanto, as duas únicas vias de acesso à cidade de São Paulo do Piratininga nos séculos XVI e XVII.

A primeira notícia escrita a respeito da Trilha dos Guaianás é uma citação de Anthony Knivet, quando ele participou, em 1597, de uma expedição comandada por Martim de Sá que passou por Paraty, entrando por regiões interioranas com 200 soldados e 800 índios.

No início, a estrada serviu basicamente para a interiorização do país, suprindo povoações e vilas de homens, animais e bens de consumo; depois, por um certo período de tempo, foi útil para escoamento do ouro descoberto nas Minas. Desta forma, a Trilha dos Guaianás foi nomeada como Caminho do Ouro (Fig. 2).



Figura 2. Início do Caminho do Ouro.

O Caminho do Ouro recebeu calçamento construído pelos escravos com pedras trazidas do litoral para facilitar o transporte de mercadorias.

A política portuguesa de não permitir a abertura de outros caminhos para facilitar a fiscalização da circulação do ouro, fortaleceu ainda mais a posição privilegiada de Paraty, que teve sua condição de entreposto oficial reconhecida com a construção de uma casa de registro de ouro. Paraty passou a constituir a única via de acesso aos planaltos paulista e mineiro, estabelecendo intenso comércio com a crescente demanda dos mineiros.

Contudo, a construção de um novo caminho ligando o Rio de Janeiro à Minas Gerais, passando pela Serra dos Órgãos, fez com que a estrada perdesse sua funcionalidade. Em torno de 1820/30, quando o café começou a substituir o açúcar na pauta de exportações do império, o caminho ganhou vida novamente, transportando o café produzido no Vale do Paraíba.

Os engenhos de cana-de-açúcar também foram muitos, gerando uma forte produção de alambiques, que rendem até hoje à cidade fama de possuir bons aguardentes, tendo seu nome sinônimo dicionarizado de pinga.

Já com o nome de Paraty, devido a grande ocorrência do peixe com este nome (paratii), começou a ocorrer o declínio econômico da região, na década final do século XIX, graças a dois fatores: a construção da Estrada de Ferro D. Pedro II, que passou a ligar os centros produtores ao Rio de Janeiro, e a abolição da escravatura. Assim, a cidade passou a sobreviver basicamente de aguardente, banana e mandioca.

Devido a este declínio, a região passou por um período de marginalização espacial. Na década de 50 constrói-se uma estrada que leva Paraty à Guaratinguetá. Esta estrada começou a trazer os primeiros turistas paulistas à região. Finalmente, com a aprovação do Decreto 58077 de 24 de março de 1966, pelo qual Paraty foi declarada Monumento Histórico Nacional e com a abertura da Rodovia Rio-Santos, trecho da BR 101, na década de 70, se iniciou verdadeiramente o ciclo do turismo no município.

Com isso, o sucesso atual de Paraty é fruto de um paradoxo, pois graças ao seu esquecimento e seu declínio econômico, o local manteve-se preservado. Vale ressaltar que a localização geográfica da região entre os dois maiores centros econômicos do país, associada à preservação de seu Centro Histórico, além de sua riqueza paisagística, foram fatores primordiais para o crescimento do turismo e aumento populacional.

Desta forma, podemos encontrar em Paraty o Centro Histórico, constituído por antigas construções repletas de ateliês de arte, bares, restaurantes, lojas, música; além de cachoeiras, praias, trilhas e ilhas, de beleza indiscutível, gerando forte desenvolvimento para o município em função do turismo, que é responsável por 80% dos subsídios econômicos arrecadados no local. Associado a isto, temos um quadro de construções irregulares, falta de saneamento básico, desigualdades sociais, aumento da criminalidade, entre outros fatores, que merecem atenção da administração local.

5.4. Atrativos Culturais

- Câmara Municipal (1785),
- Igreja Santa Rita dos Pardos (1722),
- Igreja Matriz de N. S. dos Remédios (1646/1873),
- Igreja de N. S. do Rosário (1725),
- Igreja N. S. das Dores (1800/1901),
- Forte Defensor Perpétuo (1703),
- Casa da Cultura (1754);
- A tradição de cirandas,
- A arte caiçara;
- Outras construções como capelas, engenhos, monumentos, o teatro de bonecos, entre outros.

Principais Manifestações Populares

- Bloco da Lama (Fig. 29),
- Procissão do Fogaréu,
- Festival da Pinga de Paraty,
- Festa do Divino,
- Procissão Marítima de São Pedro,
- Festival de Cinema (Paracine),
- Festival Literário de Paraty,
- Festival do Folclore (fig. 30),
- Teatro de Bonecos, entre outros.



Figura 29: Bloco da Lama.



Figura 30: Roda de Ciranda na Casa de Cultura.

5.5. Praias

O município de Paraty possui diversas praias com características oceanográficas distintas. De forma geral, as praias voltadas para o interior da Baía de Paraty possuem águas calmas e claras. As praias encontradas no distrito de Paraty (figs. 31 e 32) são de sedimentos muito finos, formando em diversos locais um sedimento argiloso, que desagrega de uma forma geral aos banhistas. Assim, praias distantes deste distrito são as mais procuradas, como a praia de São Gonçalo e as localizadas na Vila de Trindade. As praias voltadas para mar aberto, como a Praia do Sono e Martins de Sá, apresentam ótimas condições para banho.



Figura 31: Praia do Pontal.



Figura 32: Praia do Jabaquara.

5.6. Cachoeiras

Dentro da região de estudo, encontram-se diversas cachoeiras (Anexo 3), que se formam devido ao grande aporte pluviométrico da região, associado à topografia da Serra do Mar. Estas cachoeiras são um grande atrativo aos turistas que visitam o município de Paraty. Como principais cachoeiras podemos citar a Cachoeira do Bananal, Cachoeira da Pedra Branca, Cachoeira do Tobogã ou da Penha, Cachoeira da Trindade, Cachoeira do Taquari, Cachoeira do Iri, Poço das Andorinhas, Cachoeira da Usina ou Toca da Ingrácia, Cachoeira do Coriscão, além de algumas cachoeiras que são atrativos no Caminho do Ouro (fig. 33).



Figura 33 Cachoeira no Caminho do Ouro.

5.7. Ilhas

Encontra-se no Anexo 4 a descrição de algumas das principais ilhas (fig. 34) do município de Paraty. Foram descritas as ilhas de maior procura pelos turistas. A descrição obedece, tanto quanto possível, o posicionamento de sul (Trindade) para norte (Mambucaba).



Figura 34: Ilha do Araújo.

A maior parte das ilhas do município encontram-se dentro da Baía de Paraty, em águas calmas. Ao redor destas ilhas é possível constatar um conflito de usos entre os pescadores locais, os maricultores, os turistas e os proprietários das ilhas; todos disputando o mesmo espaço.

5.8. Engenhos

Paraty possui tradição histórica na fabricação de pinga. Alguns engenhos (Fig. 35) funcionam até hoje como na época da colonização, representando um grande atrativo turístico. Encontra-se no Anexo 5 a descrição de alguns dos principais engenhos do município.



Figura 35: Fazenda Murycana

5.9 Esportes Náuticos

A prática de esportes náuticos na Baía de Paraty é bastante favorável. Isto se deve à beleza paisagística, águas abrigadas e limpas e diversas ilhas. Desta forma, alguns esportes são explorados de forma turística e para lazer em geral, como o mergulho livre e autônomo (aumentando conseqüentemente o número de operadoras de mergulho), kayaking, iatismo, entre outros, vem crescendo no local, fornecendo mais opções aos turistas, além de gerar outra alternativa de fonte de renda para a economia local.

5.10. Aspectos Físicos

Segundo a FCIDE (2002), o distrito de Paraty (fig. 36) localiza-se ao nível do mar (Fig. 13), possuindo uma altitude média de 5 metros. O local apresenta elevadas taxas pluviométricas, podendo ultrapassar 2.000mm anuais; sendo o verão (de dezembro a março) o período mais chuvoso. A umidade relativa do ar permanece em torno de 80% durante todo o ano. A temperatura média anual é de 23^oC.



Figura 36: Centro Histórico, visto da Baía de Paraty.

Suas montanhas, representadas pela Serra do Mar, dominadas pela Mata Atlântica, recebem na região as denominações de Serra dos Três picos, Serra da Barra Grande, Serra do São Roque e Serra do Paraty. Este conjunto montanhoso apresenta grande diversidade de solos com fertilidades variadas, em função das características pedogênicas de cada área.

5.11. Pedologia

A predominância dos solos nas áreas de maiores altitudes e encostas do tipo podzólico, com suas variantes, sendo mais observado o tipo latossolo amarelo-litossol. Na faixa litorânea predominam os solos hidromórficos. (FCIDE, 2002).

5.12. Hidrografia

Segundo a FCIDE (2002), a rede hidrográfica do município de Paraty é bastante densa, possuindo cerca de 28 rios. Como destaque temos dois rios: o Perequê-Açú (Fig. 37) e o Mateus Nunes. Embora o rio Mambucaba, situado no limite entre Paraty e Angra dos Reis, seja o mais extenso, são as bacias dos dois primeiros rios que mais interferem no fornecimento de água e condições ambientais da maioria da população.

Os rios do município têm declividade média elevada, o que contribui para uma forte erosão nas vertentes, agravada pelo desmatamento. O transporte de sedimentos

resulta no assoreamento em alguns trechos destes rios e da Baía de Paraty (principalmente na região em frente ao Centro Histórico). Na foz do Perequê-Açú, o assoreamento dificulta o escoamento das águas durante as épocas de cheias e gera retenção das águas da preamar, levando assim ao aumento das inundações.

De acordo com a classificação da FCIDE (*opt.cit.*), existem dois tipos de rios na área: os de planície, que penetram relativamente pouco na serra e os da faixa serrana, que desenvolvem seus cursos na sua maior parte na montanha. De modo geral, os cursos são de pequena extensão, em virtude das condições do relevo que implicam na frequência de saltos e corredeiras. Há quedas d'águas de grande beleza como a do Bananal, situada no curso do Perequê-Açú, com mais de 15 metros de altura, a do Curupira, em Parati-Mirim, entre outras.



Figura 37: Foz do Rio Perequê-Açú

5.13. Geomorfologia

A zona costeira de Paraty é composta de dois ecossistemas principais: os costões rochosos e os manguezais. Este litoral é bastante recortado, sendo marcado por importantes acidentes geográficos, tais como sacos, pontas, enseadas, lajes, parcéis e ilhas (estas resultantes do afloramento de cumes submarinos pertencentes ao sistema da Serra do Mar). As reentrâncias maiores formam enseadas e baías com praias e cordões arenosos pouco desenvolvidos, dispostos ao pé da escarpa ou acompanhando as exíguas planícies, pois nenhum curso d'água mais importante chega a dissecar o paredão montanhoso. FCIDE (*opt.cit.*).

5.14. Vegetação

Segundo a FCIDE (*op.cit.*), a vegetação da região apresenta três tipos característicos: a mata atlântica de encosta, a mata de restinga e o manguezal. A vegetação de mangue é encontrada até onde há influência da maré. Neste ecossistema ocorrem plantas típicas como o mangue vermelho o mangue preto, seriúba ou sereiba e o mangue branco. Essas plantas são fundamentais para a produtividade pesqueira da região, pois o mangue tem função de berçário e criadouro de inúmeras espécies marinhas. O ecossistema de restinga encontra-se mais desenvolvido na porção norte do município.

5.15. Fauna

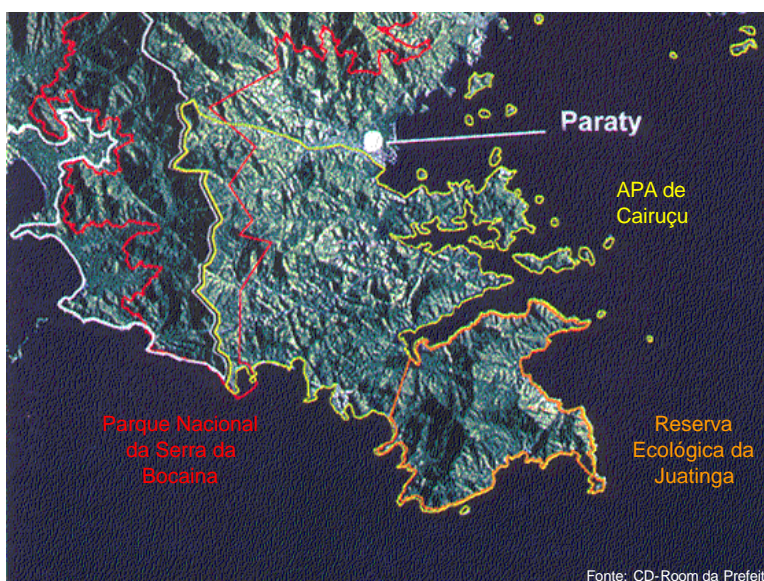
Segundo a FCIDE (*opt.cit.*), apesar da crescente ação antrópica, a região ainda é descrita como contendo numerosas espécies da fauna, inclusive algumas raras ou ameaçadas de extinção. Como exemplo temos o muriqui, macuco, jacutinga, pavão, gavião pega-macaco, veado mateiro e catingueiro, entre outros.

Ressalta-se que a APA do Cairuçu, devido aos limites com o Parque Nacional da Serra da Bocaina, apresenta uma importância vital para as aves de rapina, que necessitam de grandes áreas florestadas para sua sobrevivência. Ainda devido a este limite, ocorrem vários felinos (onça pintada, jaguatirica, gato do mato); variada avifauna (azulão, curió, tucano-açu, papagaio, periquito); répteis (jararaca, cascavel, cobra-coral, lagarto); anfíbios (rã pimenta, rã caiana, sapo, perereca), bem como uma infinidade de aracnídeos e insetos. Importante ressaltar os endemismos encontrados na APA do Cairuçu, dos quais destacam-se: formicarídeos (arredio-pálido, borralhara), cotingídeos (saude, corocoxó), entre outros.

A Baía de Paraty apresenta um grande potencial pesqueiro, estando intimamente ligada à preservação dos manguezais e florestas limítrofes, o que ressalta a importância da preservação destes para a economia pesqueira do município. Entre as espécies da fauna marinha podemos citar: tainha, parati, robalo, cavala, enchova, além dos crustáceos como: siri, caranguejo e camarão.

5.16. Unidades de Conservação no Município de Paraty

O município de Paraty apresenta seis unidades de conservação (Mapa 3), que são o Parque Nacional da Serra da Bocaina , o Parque Estadual de Lazer de Paraty-Mirim , a Reserva Ecológica da Juatinga , a Estação Ecológica de Tamoios , a Área de Proteção Ambiental do Cairuçu e a Área de Proteção Ambiental da Baía de Paraty (fig 38). Estas unidades de conservação apresentam diferentes realidades de legislação e implementação de planos de manejo, cabendo, na quase totalidade, afirmar que estas se encontram em situação bastante problemática.



Mapa 3: Unidades de Conservação do município de Paraty

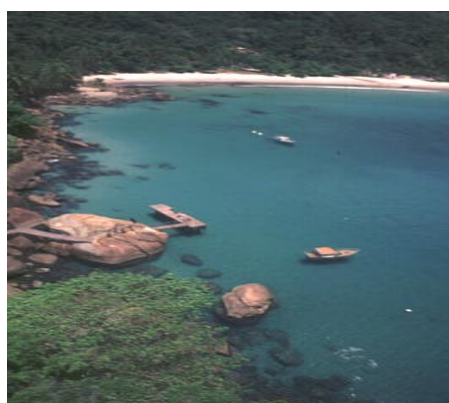
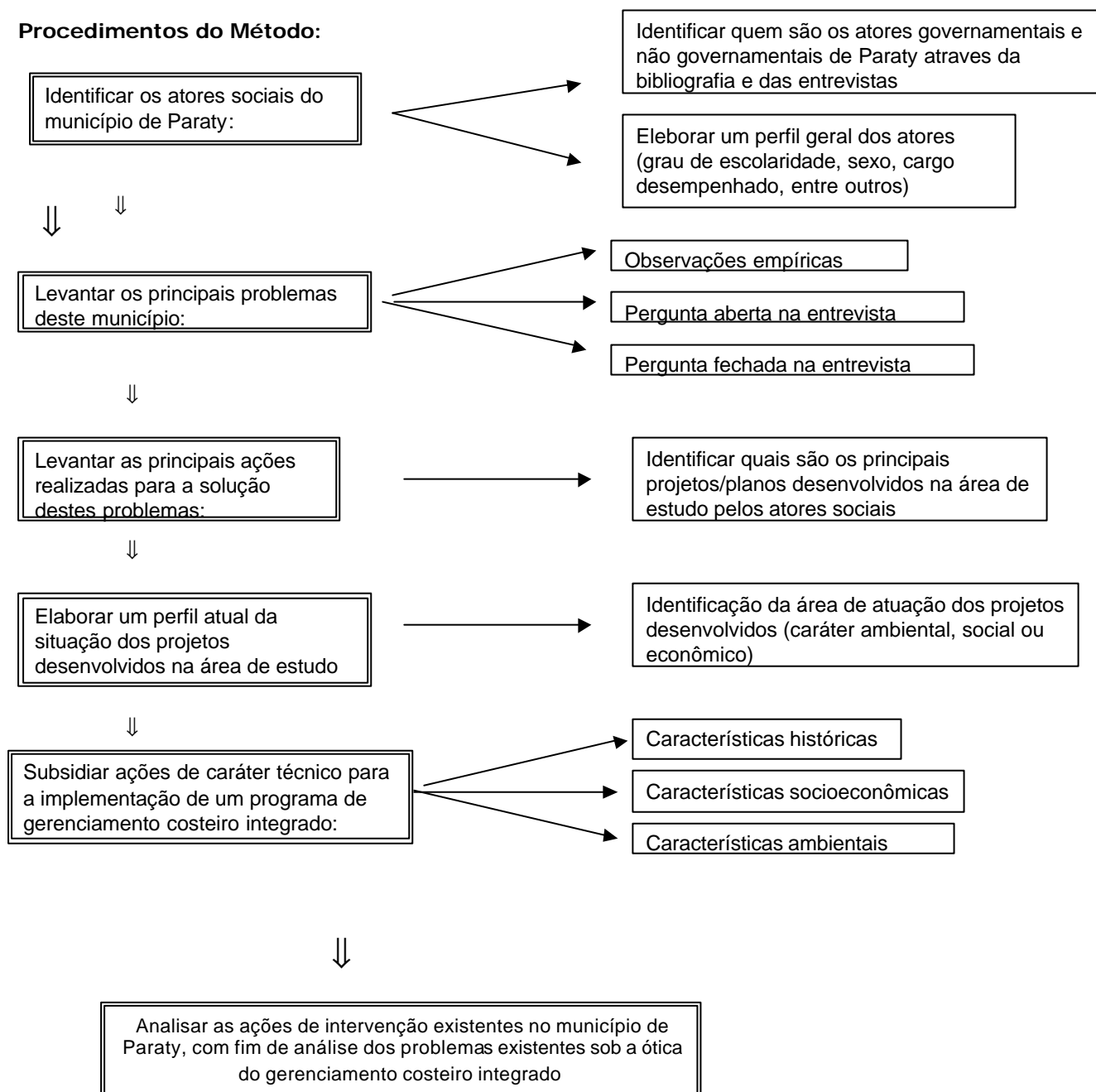


Figura 38: Baía de Paraty

6. METODOLOGIA

Para a realização do presente trabalho, foram desenvolvidos os seguintes procedimentos metodológicos, como mostra o fluxograma 1:



Fluxograma 1: Procedimentos metodológicos

6.1. Identificação dos Atores Sociais do Município de Paraty

➤ Identificação de quem são os atores governamentais e não governamentais de Paraty através da bibliografia e de entrevistas (Anexo 6).

- Levantamento bibliográfico: Consultas em bibliotecas, instituições governamentais e não governamentais, internet, jornais, entre outros.

- Identificação dos atores através da entrevista: A entrevista formulada foi aplicada nos atores sociais do município de Paraty. Estes entrevistados apontaram quem seriam os demais atores existentes na localidade e desta forma, concluiu-se uma lista completa com estes (que possivelmente não existe em nenhuma outra bibliografia).

- *Identificação dos principais atores:* Como atores não-governamentais, foi incluída a sociedade civil organizada (associações, cooperativas) e o terceiro setor, além de algumas personalidades do local responsáveis por tomadas de decisões devido o processo de vivência e topofilia existentes. Como atores governamentais consideramos os principais tomadores de decisão do governo, ou seja, pessoas que tivessem considerável autonomia na tomada de decisões dentro do setor em que estivessem representando.

➤ Eleaboração de um perfil geral dos atores.

- Nesta entrevista, fizemos um perfil geral do ator, incluindo a faixa etária, o grau de escolaridade, o tipo de função (cargo) desempenhado, a instituição que ele representa, entre outros. Isto é importante para analisarmos o grau de articulação em função de dados convencionais, por exemplo: podemos analisar o nível de conhecimento teórico (não empírico) de um ator através de seu grau de escolaridade.

6.2. Levantamento dos Principais Problemas Deste Município

➤ Observações empíricas: O reconhecimento da área de estudo em saídas de campo foi essencial para o reconhecimento e discussão dos problemas apontados pelos atores sociais durante as entrevistas.

➤ Pergunta aberta na entrevista: Para a identificação dos principais problemas foram utilizadas duas perguntas na entrevista, uma considerada como uma pergunta “aberta”, onde o ator apontou três problemas aleatórios que este julgasse como sendo os principais do município.

➤ Pergunta fechada na entrevista: Nesta pergunta foram fornecidas ao ator 12 opções de problemas existentes e dentre estas o ator deveria optar por 5 mais graves, em ordem de prioridade.

6.3. Levantamento das Principais Ações Realizadas Para a Solução Destes

Problemas

➤ Identificação de quais são os principais projetos/planos desenvolvidos na área de estudo pelos atores sociais: Os atores sociais, por definição, são tomadores de decisão. Estes decidem a respeito dos projetos, programas e planos que são desenvolvidos no município. Assim, foram levantados os projetos realizados por cada instituição entrevistada.

6.4. Elaboração de um Perfil Atual da Situação dos Projetos Desenvolvidos na Área de Estudo

➤ Identificação da área de atuação dos projetos desenvolvidos: Dividimos estes projetos em 3 aspectos de atuação preferencial: ambiental, social e econômica. Com isso tornou-se possível uma avaliação do tipo de ações que são desenvolvidas prioritariamente no município.

6.5. Subsidiar Ações de Caráter Técnico para a Implementação de um Programa de Gerenciamento Costeiro Integrado

➤ Características históricas: O levantamento da história do desenvolvimento do município de Paraty torna-se importante para o entendimento das tomadas de decisão no passado, da forma de crescimento (desenvolvimento) urbano e social, das características culturais encontradas atualmente, entre outros.

➤ Características socioeconômicas: Estas características são importantes para a análise das melhores políticas e planos de atuação do município. De acordo com as questões socioeconômicas serão decididas que medidas devem ser prioritárias no objetivo de gerenciar a região costeira de forma integrada.

➤ Características ambientais: As características ambientais são essenciais para o estudo do GCI. Através destas torna-se possível averiguar o nível de degradação/conservação ecológica da região, desenvolver ações de caráter educativo (educação ambiental), se há possibilidade de explorar os recursos ambientais turisticamente, entre outros.

6.6 Considerações da Metodologia

A elaboração da entrevista é extremamente relevante para a obtenção dos resultados almejados nos objetivos do trabalho. Para isso, primeiramente elaborou-se uma entrevista semi-estruturada que foi utilizada nas primeiras idas à campo, quando houve o contato inicial com os atores. Consideramos esta fase como um pré-teste da entrevista.

A partir desta, elaborou-se uma versão final da entrevista, que foi respondida pelos atores sociais do município. Para tal, foram necessárias diversas idas à Paraty, percorrendo todos os bairros da região. Vale ressaltar que muitos destes bairros possuem um difícil acesso, sendo feito através de barco ou longas caminhadas.

Formulação da Entrevista: Para o desenvolvimento da entrevista que foi aplicada aos atores governamentais e não governamentais de Paraty, levou-se em consideração algumas questões, além das citadas anteriormente, como segue:

- *Melhor meio de comunicação:* Ao desenvolver-se projetos em determinado local é preciso que este seja divulgado para que atinja seus objetivos. Nenhuma ação deve ser desenvolvida sem que a sociedade tome conhecimento e, de preferência, tenha participação. Assim, a forma de divulgação de uma notícia (dado, projeto, plano, informação) é de extrema relevância para que esta se torne eficaz. Para isto, disponibilizou-se na entrevista as opções mais comuns de meios de comunicação utilizados no município para que houvesse uma escolha da mais eficiente.
- *Tempo de Atuação das Instituições no Município de Paraty* Os dados referentes ao tempo de atuação de uma instituição têm sua relevância em diversos aspectos. Podemos citar a importância histórica de algumas instituições, que sobrevivem a diversos momentos da história de Paraty; a presença (ou não) de determinada instituição durante a implementação de alguma política pública; a importância (ou não) de determinadas instituições durante uma tomada de decisão no passado, entre outros. Além disto, pode-se observar o crescimento/desenvolvimento do local de acordo com o número de instituições implantadas durante um período de tempo.
- *Quantidade de Atores Que Dizem Saber o Que é um Plano Diretor.* O Plano Diretor é um instrumento muito importante para a determinação do uso e

ocupação do solo em uma região. Sendo a região em questão uma área costeira, o Plano Diretor passa a ser bastante relevante para o GCI.

- *Visão de futuro:* Ter conhecimento a respeito da perspectiva de futuro da população de um local é algo de extrema relevância. Isto implica numa ótica de aceitação da população para possíveis projetos que possam ser aplicados e/ou desenvolvidos, como um PMGC, por exemplo.

❖ Desta forma tornou-se possível analisar as ações de intervenção existentes no município de Paraty, com fim de análise dos problemas existentes sob a ótica do gerenciamento costeiro integrado.

A metodologia aplicada é uma síntese dos paradigmas propostos pelo caderno de gestão Coastal Resources Center - The University of Rhode Island (CRC). Polette & Cavalheiro (1996, *apud* CRC,1996), pelo GESAMP (Joint Group of Experts on the Scientific Aspects of Marine Environmental Protection), ICAM (Integrated Coastal Area Management) e PNGC. Estas metodologias são consideradas como as mais aceitas dentro do processo do GCI.

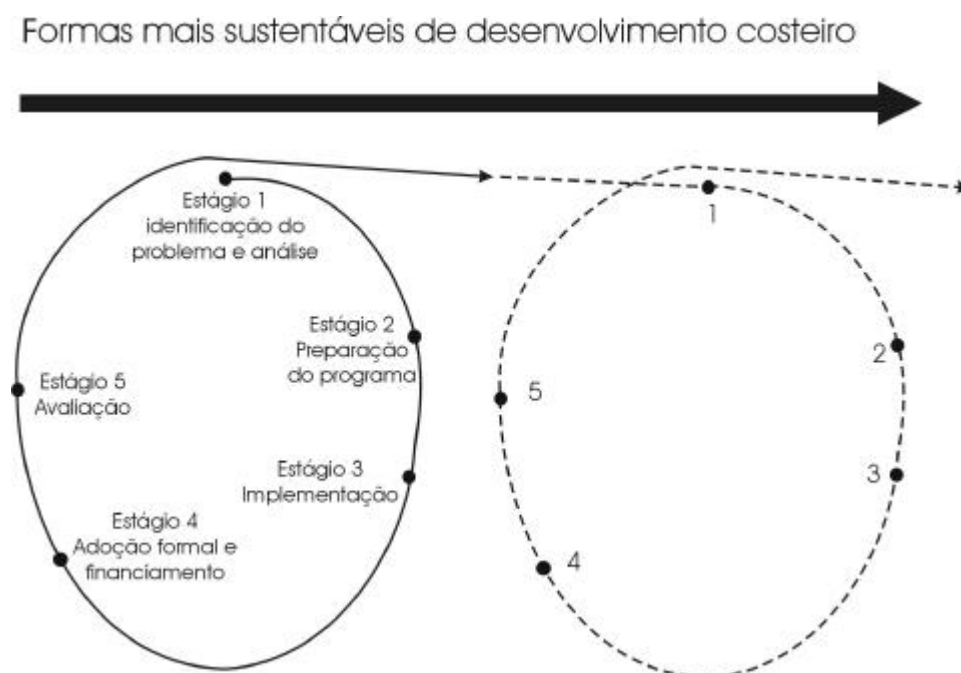
Dentro deste contexto, a primeira fase de um plano de GCI consiste no **planejamento**, seguido da adoção, da implementação e da avaliação. O Quadro 6 permite melhor visualização das etapas percorridas em cada uma das fases mencionadas segundo o caderno do CRC.

Fase1: Planejamento	Fase 2: Adoção	Fase 3: Implementação	Fase 4: Avaliação
IDENTIFICAÇÃO DO TEMA & ANÁLISE	APROVAÇÃO FORMAL DO PROGRAMA/PLANO	POLITICAS DE IMPLEMENTAÇÃO & AÇÕES	ANALISE DOS INDICADORES
VISAO GERAL DO PROBLEMA, METAS E OBJETIVOS	FINANCIAMENTO	REGULAMENTAÇÕES	IDENTIFICAÇÃO DO SUCESSO OU FALHAS
SELEÇÃO DE POLITICAS & IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES		MONITORAMENTO	REDEFINIÇÃO DO CONTEXTO PARA MANEJO
DESENHO DE IMPLEMENTAÇÃO DE ESTRUTURAS			

Quadro 6: Etapas da elaboração do GCI segundo CRC (1996).

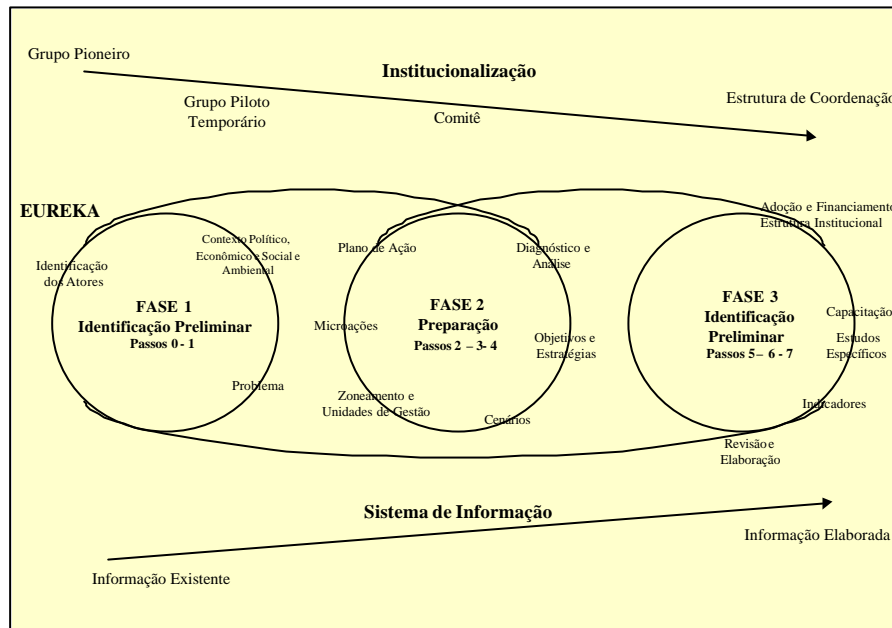
O presente trabalho, contudo, pretende restringir-se a etapa 1 da fase 1 do processo de GCI proposto pelo CRC (1996), identificando e analisando os temas abordados no GCI.

Podemos observar que ao analisarmos a metodologia proposta pelo GESAMP (Polette & Silva, 2003) (Quadro 7), observamos que a primeira fase também consiste na identificação do problema e análise (seguido da preparação do programa, implementação, adoção formal e financiamento e avaliação). Assim averiguamos que o presente trabalho enquadra-se no Estágio 1.



Quadro 7- Estágios de desenvolvimento de um programa de gerenciamento costeiro integrado

Analisando a metodologia proposta do ICAM (Polette & Silva, 2003) (Quadro 8), constatamos que os objetivos desenvolvidos no presente trabalho também se enquadram na primeira fase, que consiste na identificação preliminar da área de estudo (que inclui a identificação dos atores; contexto político, social, econômico e ambiental; e identificação dos problemas).



Quadro 8 - Processo do GCI sob a análise do ICAM

O PNGC utiliza as metodologias citadas anteriormente para desenvolver sua política. Para isto, como demonstrado na Revisão Bibliográfica, existem os instrumentos deste plano e estes necessitam da base de dados levantados nos objetivos desta pesquisa para a sua formulação e implementação.

Vale ressaltar que planejar é decidir adiantado o que fazer, como fazer e quem irá fazer o que for determinado. Planejamento é uma ponte entre a distância onde nós estamos atualmente e onde queremos ou pretendemos chegar. Entretanto o futuro exato pode raramente ser predito e fatores além do nosso controle podem interferir com os melhores planos, sem planejamento, eventos são deixados de lado. Planejamento é um processo intelectual, uma determinação conscienciosa dos cursos de ações, baseados em decisões e propósitos, fatos e considerações estimadas. Polette & Cavalheiro (1996, *apud* KOONTZ & O'DONNELL, 1972 *apud* SALM & DOBBIN, 1993).

Planejamento na realidade é apenas um procedimento inicial ao longo de um programa de gerenciamento costeiro integrado, e não um fim. Realizado o plano, este poderá ou não ser adotado, caso positivo, este será implementado e finalmente avaliado. O processo de gestão será abordado ao longo de suas quatro fases, completando desta

forma, uma geração do processo de Gerenciamento Costeiro Integrado (Polette & Cavaleiro, *op.cit.*).

Este trabalho pode ser considerado como uma contribuição para os procedimentos metodológicos do GCI, pois possibilita o desenvolvimento de estratégias presentes e futuras para a análise de tomada de decisões, visto que a partir do entendimento do atual estágio de desenvolvimento da área de estudo, torna-se claro quais são os problemas atuais enfrentados e quais são as medidas necessárias para a implementação de planos de gestão.

7. RESULTADOS E DISCUSSÃO

7.1. Principais Bairros

Segue descrição dos principais bairros do município de Paraty. Para a realização desta, insere-se as informações fornecidas durante as entrevistas com os principais atores de cada localidade, que neste caso são os presidentes das associações de bairro. Além disto, estão incluídas algumas observações empíricas, feitas durante o trabalho de campo.

Centro Histórico

O Centro Histórico de Paraty é sem dúvida o local mais conhecido do município, tanto no âmbito nacional quanto no internacional. O bairro teve sua construção no século XVII devido a construção do Porto de Paraty, que tinha fluxo intenso de minérios provenientes do Vale do Paraíba e Minas Gerais. Este é tombado pelo Patrimônio Histórico Nacional, sob tutela do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico Nacional).

Os moradores do Centro Histórico são representados pela Associação de Moradores do Centro Histórico, onde o presidente chama-se Sr. Samuel Gibrail Costa. Esta associação tem como meta principal manter a qualidade histórica, cultura e de vida dos moradores deste bairro, assim como angariar obras de saneamento básico, desentupimento de fossas, controle do número de carros dentro do bairro (só é permitida

a permanência de 3 carros ao mesmo tempo e estes só podem permanecer no bairro por no máximo uma hora), entre outros.

O Centro Histórico (fig. 3) de Paraty mantém as marcas do período colonial. Urbanizada por maçons, pode-se observar em suas ruas e casas a simbologia maçônica. O triângulo formado pelas "ruas tortas", além de ser um símbolo da maçonaria, foi feito com a finalidade de distribuir equivalentemente o sol nas casas e evitar o vento encanado nas mesmas. O Centro Histórico possui várias pousadas, sendo possível hospedar toda sua população ao mesmo tempo nestas hospedagens.



Figura 3. Centro Histórico de Paraty.

Outra característica interessante do Centro Histórico (fig. 4) é o fato deste ter sido construído ao nível do mar. Isto se deu pois se pretendia criar uma “rede de esgotos”, ou seja, como não havia nenhum tratamento de esgoto e nem mesmo de resíduos sólidos, quando havia uma preamar, o mar avançava pelas ruas da cidade. Assim, na baixa-mar o mar carregava de volta todas as “sujeiras” deixadas nas ruas. Atualmente o mar continua invadindo as ruas a beira mar, porém algumas obras na região litorânea já foram feitas para a elevação do continente, ou então das construções, evitando que a água penetre nestas.



Figura 4: Centro Histórico

Vila de Trindade

A Vila de Trindade tem acesso pela Rodovia Rio - Santos na altura do km 268 e está localizada a 30 km de Paraty, dentro da APA de Cairuçu. O acesso (fig. 5) ao local é feito por uma estrada de terra de 5 Km, que cruza o “Morro do Deus Me Livre”, conhecido por este nome visto a dificuldade em se passar por ele, especialmente em dias chuvosos.

A vila é conhecida como um antigo reduto de hippies nos anos 60-70. Atualmente o local é um dos mais freqüentados pelos turistas do município, abrigando grande números de jovens nos campings e pousadas durante os feriados. O lugar possui opções de lazer aos turistas, como boas condições para a prática do surf, piscinas naturais, vida noturna, entre outros.

No bairro encontram-se oito praias, sendo a Praia do Cepilho (fig. 7), reduto de surfistas; a Praia de Fora, onde ficam as pousadas, bares e restaurantes; e o Cachadaço, que consiste numa piscina de água natural as mais visitadas, a Praia do Meio (fig.6), entre outras. Além disto, o bairro conta com cachoeiras.

Atualmente, Trindade consiste de uma rua principal onde as casas, na maior parte das vezes, acumulam a função de moradia, bar, pousada e/ou camping. Na última década houve um significativo aumento populacional e, somado a isto, nos períodos de feriados com o grande aporte de turistas, o local sofre com problemas de falta de infra-estrutura adequada para suportar uma quantidade elevada de pessoas, ocorrendo assim problemas como falta d'água, poluição do rio adjacente, trafico de drogas, etc.

Os moradores do bairro são representados pela Associação de Moradores Nativos e Originários de Trindade, cujo presidente chama-se Sr. Paulo Alves da Silva. Esta associação tem como metas principais a finalização da rede de esgotos no local, incentivar obras com mutirão comunitário e angariar junto às autoridades melhorias para a qualidade de vida da população. Para isso, contam com o dinheiro arrecadado em um camping que foi cedido á associação por um empresário; além da Prefeitura Municipal de Paraty, da FECAN, da Embratel e de alguns outros empresários.

Esta associação já realizou a construção de um reservatório de água de 40000 litros com verbas da Associação Deus Me Livre e da Prefeitura Municipal de Paraty no ano de 1986. Além disto, iniciou as obras de saneamento básico com verba própria e providenciou ônibus gratuito para o transporte escolar de todas as crianças pertencentes à rede pública de educação, no distrito de Paraty e no bairro do Patrimônio, para que

estas pudessem concluir o primeiro e segundo graus, visto que na Vila de Trindade só há turmas até a segunda-série do ensino fundamental.

O bairro também conta com a Cooperativa das Mulheres de Trindade, que produz pães e bolos.



Figura 5: Placa de entrada na Vila de Trindade



Figura 6: Praia do Meio



Figura 7: Praia do Cepilho

Ponta Negra

O acesso à Ponta Negra é feito apenas de barco ou por trilha (aproximadamente três horas de caminhada). O local restringe-se a uma vila de pescadores com um pequena praia e algumas cachoeiras ao redor, valendo ressaltar a sua exuberante beleza paisagística. Projetos como hortas comunitárias e luz solar (fig. 8) já foram implantados na vila, que também possui escola primária.

O local, que possui aproximadamente 150 habitantes, conta com a Associação de Moradores da Ponta Negra, cujo presidente chama-se Sr. Carlos José. Esta associação tem como principais metas buscar melhor qualidade de vida para a população local, incentivando projetos de educação dos moradores.



Figura 8: Luz solar na comunidade de Ponta Negra

Taquari

Comunidade rural que vive basicamente da cultura de subsistência, como a banana, por exemplo, localizada as margens da BR 101. Todavia o local atrai um turismo específico que busca suas exuberantes cachoeiras (fig. 9).



Figura 9: Cachoeira do Taquari

São Gonçalo

Comunidade rural, que vive principalmente do cultivo da cana-de-açúcar e banana, localizada as margens da BR 101. A população do bairro é representada pela Associação de Produtores Rurais de São Gonçalo, presidida pelo Sr. Robson Luis Moreira Silva, que tem como função primordial organizar reuniões para debate das medidas que devem ser tomadas no bairro, como iluminação pública, abastecimento de água, entre outros. Esta

associação não realiza trabalhos em parceria com nenhuma outra instituição. Possui escola primária.

Um dos atrativos turísticos da região é a Praia de São Gonçalo (fig. 10) e a sua ilha em frente, que possui quiosques e barcos constantes nos finais de semana da alta temporada (verão e feriados).



Figura 10: Praia de São Gonçalo

Patrimônio

Bairro localizado próximo a BR 101, no sentido oposto à Trindade e à Vila Oratória. A comunidade residente conta com a Associação de Moradores do Patrimônio, cujo presidente chama-se Sr. Antônio Alves de Oliveira. Esta associação tem como principal função a reivindicação de ações na área social, como educação, saúde, esporte e lazer em geral, e conta com o apoio da Associação Cairucu, do IEL (que realizou reformas na escola, equipando-a com computadores, materiais escolares em geral, uma biblioteca, entre outros).

Vila Oratória

Vilarejo localizado ao lado do Condomínio Laranjeiras. Neste bairro, prioritariamente, moram os funcionários deste condomínio.

Campinho da Independência

Também conhecida como comunidade quilombola. Todavia, esta comunidade representa um mocambo, pois sua origem vem de uma antiga fazenda de cana-de-açúcar que, ao ser abolida a escravidão, foi doada para três negras que trabalhavam na “casa grande”. Estas negras a partir de então, transformaram a fazenda em um mocambo,

abrigando os negros remanescentes da escravidão. A comunidade local vem ao longo deste tempo tentando preservar a cultura negra (africana), desenvolvendo atividades culturais como o “Encontro Nacional das Comunidades Quilombolas”, aulas de capoeira de angola, entre outros.

Esta comunidade é organizada através da Associação de Moradores do Campinho, cujo presidente chama-se Sr. Vagner do Nascimento, tem como principais objetivos representar os remanescentes do quilombo resgatando a identidade cultural e fornecendo educação ambiental à população, além de tentar desenvolver projetos sustentáveis. Todo o terreno ocupado pela comunidade é pertencente à associação de moradores e esta conta com a parceria do Ibama, da Prefeitura Municipal de Paraty, da Secretaria Municipal de Educação, da Secretaria Municipal de Saúde, do IDACO (Instituto de Desenvolvimento Comunitário) e do Silo Cultural José Kleber.

Ponte Branca

Bairro rural localizado na estrada Paraty-Cunha, RJ 165.

Penha

O bairro do Penha mantém-se principalmente do cultivo da cana-de-açúcar, banana e do artesanato. O local, cercado por divinas cachoeiras, é um dos locais preferidos pelos turistas para visitas. Vale ressaltar que o Caminho do Ouro possui seu início neste bairro. Pode-se encontrar um museu no local retratando a história do caminho e uma igreja tradicional (fig. 11).

Neste momento desenvolve-se um projeto de restauração e revitalização do Caminho do Ouro, visto que boa parte deste encontra-se destruído ou coberto por sedimentos.

Os moradores deste bairro estão se organizando através da Associação de Moradores do Penha e Adjacências, cujo presidente chama-se Sr. Norival da Silva Carneiro. Esta associação ainda está efetivando seu registro junto a Prefeitura Municipal de Paraty e portanto ainda não desenvolveu nenhuma ação em benefício do bairro e seus moradores.



Figura 11: Igreja do Penha

Courisco e Couriscão

Comunidade rural cercada por cachoeiras (fig 12).



Figura 12: Poço das Andorinhas

Portal de Paraty

Bairro localizado na área de expansão do Centro Histórico (fig. 13), constituído por residências e comércio (principalmente na avenida principal que corta o bairro). A comunidade local é representada pela Associação de Moradores e Amigos do Bairro de Portal de Paraty Norte, onde o presidente chama-se Sr. Marcos Antônio Marques.

Esta associação tem como principais diretrizes a organização dos moradores para posterior reivindicação de melhoramentos para o bairro, como iluminação pública, preservação do meio ambiente e preservação cultural; contando com a parceria do ACIP e do Ibama (movimento para a criação de um jardim botânico no bairro, no espaço localizado ao lado da sede do Ibama).



Figura 13: Foto aérea do Bairro Portal de Paraty

Praia do Sono

A Praia do Sono tem acesso por trilha, partindo da Vila Oratória, ou de barco. A praia não dispõe de píer para atracação das embarcações e nem luz elétrica. Nesta praia residem alguns moradores caiçaras que são representados pela Associação de Moradores da Praia do Sono, cujo presidente chama-se Sr. Levi Quirino de Araújo Junior.

Esta associação tem como principal função resolver os problemas de organização da comunidade e conta com a parceria de instituições como a Fundação Margaret Mee (que patrocinou a construção de um centro comunitário para que os moradores locais possam se reunir realizando artesanato, reuniões, além de ser o centro administrativo da associação), a Associação Cairuçu (que montou uma horta comunitária, projeto este intitulado de Cultura de Quintal, que também inclui um galinheiro), da SOS Mata Atlântica (que realizou um projeto de coleta seletiva de lixo, mas que atualmente não está operando) e da Prefeitura Municipal de Paraty (que está começando a intervir na comunidade, tentando trazer energia solar e saneamento básico).

As crianças da comunidade da Praia do Sono contam com uma escola até a quarta série do ensino fundamental. Posteriormente devem ir à escolas no bairro do Patrimônio ou no distrito de Paraty. Todavia, devem arcar com as despesas para tal.

A questão fundiária é um dos principais problemas encontrados pelos moradores da praia, visto que diversos terrenos foram comprados por grandes empresários.

Os moradores, que originalmente sobreviviam da pesca, atualmente estão abandonando esta atividade visto o grande aporte de turistas durante o período de férias e feriados. A atividade turística é mais lucrativa apesar de ser aperiódica.

Aldeia Indígena de Paraty-Mirim

Aldeia localizada na estrada que leva à Paraty-Mirim. Os índios comunicam-se em Guarani, tendo poucos membros que sabem falar português. Esta comunidade conta com a Associação de Moradores Acigua da Itati de Paraty-Mirim, cujo representante chama-se Sr. Joaquim Carai.

Esta associação conta com apoio da FUNASA (que contribui principalmente com ações ligadas à área de saúde, trazendo uma vez por semana um médico ao local), com a Usina Nuclear de Angra I (que asfaltou o acesso ao local e trouxe luz elétrica à alguns pontos da aldeia), a FUNAI (que realizam projetos ligados a melhoria da alimentação dos nativos, como suporte na atividade de plantio).

A comunidade desenvolve um projeto de Coral Infantil, que viaja o Brasil difundindo a cultura indígena. Este coral canta músicas em guarani, conta com meninos e meninas de faixa etária entre seis e dezesseis anos para o canto, além de um rabequeiro (fig. 14) e um violeiro. Estas crianças contam com uma escola até a quarta série do ensino fundamental, onde aprende tanto o guarani quanto o básico da língua portuguesa. A cultura na aldeia também é mantida em cerimônias religiosas na “casa de reza” (fig. 15) do local.

Uma das maiores reivindicações dos índios Itati é a construção de uma Casa de Cultura, que incluiria um centro de visitação turística, um museu do índio , um centro para confecção de artesanatos e uma loja para venda deste. A questão fundiária também é um grave problema enfrentado pelos nativos, visto que suas terras foram reduzidas a 79 hectares (fig.16), o que é insuficiente para as atividades rurais desenvolvidas na aldeia (além de ser uma área considerada desfavorável para tal atividade pela presença de muitos afloramentos rochosos).

A atividade pesqueira esta extremamente reduzida visto a poluição do Rio dos Meros adjacente à aldeia, que fez diminuir consideravelmente o estoque pesqueiro. Poucos indivíduos na comunidade pescam em águas marinhas.

O lixo produzido na aldeia é recolhido de 15 em 15 dias pela Prefeitura Municipal de Paraty . A comunidade também sofre com a falta de abastecimento de água doce.



Figura 14: Menino índio tocando música tradicional com uma rabeça confeccionada na própria aldeia



Figura 15: Casa de reza



Figura 16:Placa indicativa de início de terras indígenas

São Roque

A Associação de Moradores e Produtores Rurais de São Roque, presidida pela Sra. Risoneide Maria de França Hollanda, representa a comunidade, buscando como principais objetivos solucionar a pobreza e o abandono da comunidade. Como principais parceiros esta associação conta com a Prefeitura Municipal de Paraty, com o COMAMP e com o INCRA.

A comunidade surgiu devido a um assentamento do INCRA e atualmente sobrevive de atividades rurais. Contudo, ao ser assentada, não recebeu nenhum tipo de infra-estrutura para o desenvolvimento das atividades rurais e ainda sofre com alto grau de analfabetismo mesmo depois da inauguração da escola que atende a comunidade até a quarta-série do ensino fundamental.

Tarituba

Considerada pela FCIDE (2001) como o terceiro distrito do município de Paraty, Tarituba (fig. 17) organiza-se através da Associação de Moradores de Tarituba, representada pelo Sr. João Bosco Inácio. Esta associação tem como principais objetivos angariar benefícios para o local, como a implantação de um sistema de saneamento básico, abastecimento de água e luz elétrica para toda a comunidade (parte da comunidade já conta com luz elétrica).

Estes contam com o apoio do COMAMP para a realização de seus projetos, como o projeto de Revitalização dos espaços Públicos, que pretende reformar a área central do distrito, incluindo o pier de atracação das embarcações e a praça em frente a este.

A comunidade local preserva a cultura, mantendo anualmente o festival folclórico da Chiba Cateretê, que é uma dança. O ponto curioso é que durante este festival não é permitido o consumo de bebidas alcoólicas. Estes nativos sobrevivem da pesca e do turismo (pois o local, nos períodos de férias e feriados, recebe um grande aporte turístico). Cabe ressaltar que os turistas são, em grande parte, possuidores de segundas residências e assim geram grande movimentação no comércio local, porém não nas pousadas ali presentes. O local conta com escola até a quarta-série do ensino fundamental.



Figura 17: Praia de Tarituba

Barra Grande

O bairro de Barra Grande (fig. 18) é composto por uma comunidade local caiçara (que vive da pesca) e de segundas residências. Estas segundas residências fazem com que a população local aumente significativamente seu número durante os períodos de alta estação (verão).

Este bairro organiza-se através da Associação de Lavradores e Moradores da Barra Grande, cujo presidente chama-se Sra. Solange Maria de Assis Araújo, e conta com a parceria da Prefeitura Municipal de Paraty para organizar o bairro e unir a comunidade em um ideal comum (principais objetivos da associação).



Figura 18: Barra Grande

Pedras Azuis

O bairro de Pedras Azuis organizado através da Associação de Moradores de Pedras Azuis, representada pelo morador Sr. André Luís Rodrigues Góes, tem como principais diretrizes lutar por melhores condições de vida para a comunidade (questões sócio-econômicas e políticas), discutindo os problemas locais, reivindicar soluções junto ao poder público e ajudar na preservação do meio ambiente. Esta associação conta com a parceria da Universidade Federal Rural (Projeto Agro-Ecoturismo, que não foi efetivamente implementado) e da Prefeitura Municipal de Paraty.

Pantanal

A Associação de Moradores do Pantanal, onde o presidente chama-se Sr. Edmilson Duarte Coelho, representa os moradores locais, objetivando construção de áreas de lazer como as que já foram construídas em mutirão comunitário. Esta associação conta com a parceria da Prefeitura Municipal de Paraty para o fornecimento de material de construção para as obras citadas.

Ilha do Araújo

A Ilha do Araújo (fig. 19) é uma ilha situada dentro da Baía de Paraty, com face defrontante a Praia Grande. Nesta ilha, os moradores se organizam através da Associação de Moradores e Pescadores da Ilha do Araújo, presidida por Sr. Almir dos Remédios. Esta associação é considerada como uma das mais organizadas e ativas associações de Paraty. Para o seu sucesso, há a organização da festa de São Pedro e São Paulo e do Festival do Camarão, onde 30% dos recursos capitados são revertidos em benefícios à comunidade, como a construção de banheiros públicos, por exemplo.

Além disso, a associação tem como principais objetivos desenvolver a educação ambiental local (os moradores são capacitados para dar aulas de educação ambiental à crianças nas escolas); controlar a coleta seletiva de lixo, que já se desenvolve no lugar com sucesso; concretizar o projeto do Centro de Beneficiamento de Pescado; organizar as visitas guiadas à Casa da Farinha, onde os turistas recebem aulas sobre ervas medicinais; organizar a utilização de tanques-redes (fig. 20) para armazenamento do pescado; entre outros.

Como principais parceiros para desenvolvimento dos projetos citados os moradores da Ilha do Araújo contam com a Prefeitura Municipal de Paraty, com a SOS Mata Atlântica e com o Instituto Arruda Botelho.



Figura 19: Ilha do Araújo

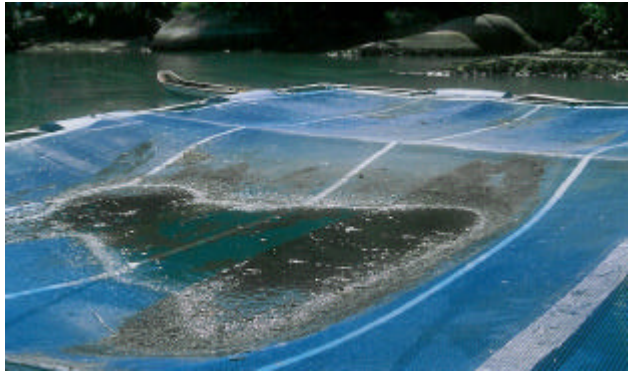


Figura 20: Tanque-rede

Paraty-Mirim

O bairro de Paraty-Mirim é um bairro essencialmente rural, cortado pelo Rio dos Meros que deságua na praia (fig. 21) deste bairro (praia de Paraty-Mirim). Este rio, entretanto, encontra-se poluído, pois cruza diversas comunidades que não possuem saneamento básico e que despejam seu esgoto doméstico neste rio.

A comunidade local é representada pela Associação de Moradores de Paraty-Mirim, cujo presidente é o Sr. Alaides Marcos Pereira, e tem como principais objetivos solucionar a questão fundiária (legalização da posse de terra) e melhorar a infra-estrutura turística do turismo local. Estes contam com o apoio do ITERJ e do IEF.



Figura 21: Praia de Paraty-Mirim

Mangueira e Ilha das Cobras

O bairro da Mangueira e o bairro da Ilha das Cobras (fig. 22) localizam-se na região adjacente ao Bairro do Centro Histórico. Estes bairros são considerados como periferia do distrito, apesar de possuírem alguns locais valorizados na região defrontante com o mar. Nesta região é possível evidenciar a presença de poluição, tanto das águas

do rio Mateus Nunes e da Baía de Paraty, quanto pelo depósito de resíduos sólidos em locais indevidos (fig 23).

Os moradores da Mangueira são representados pela Associação de Moradores da Mangueira, onde o presidente chama-se Sr. Amarizo Perfeito. Esta associação tem com principais metas reivindicar melhorias para o bairro, como melhor educação, saúde, saneamento básico, esporte e lazer. Estes possuem sua sede na Escola Municipal Parque da Mangueira, a maior do município, onde realizam suas reuniões e contam com a parceria do ITAE.



Figura 22: Foto aérea dos bairros da Ilha das Cobras e Mangueira. À esquerda o rio Mateus Nunes e à direita a pista do aeroporto de Paraty.



Figura 23: Resíduos sólidos depositados no Bairro da Ilha das Cobras e Baía de Paraty ao fundo

Barra do Corumbê

O bairro (fig. 24) conta com a Associação de Moradores, Agricultores e Pescadores da Barra do Corumbê, onde o presidente chama-se Sr. Edmilson Marcelino de Souza. Como principais metas esta associação busca o desenvolvimento da qualidade

de vida da população, incentivando obras em mutirão comunitário e organização de festas folclóricas. Para isso conta com a parceria da Prefeitura Municipal de Paraty.



Figura 24: Praia de Barra do Corumbê

Jabaquara

O bairro do Jabaquara (fig. 25) corresponde a área de extensão do distrito de Paraty com maior capacidade de crescer, visto que o bairro é muito pouco construído. Como presidente da associação de moradores deste bairro temos o Sr. Timur Klynk. Existem planos para a construção de um novo bairro no local.



Figura 25: Praia da Jabaquara

Pouso da Cajaíba

A comunidade do Pouso da Cajaíba conta com aproximadamente 300 que desenvolvem a atividade pesqueira e turística. Esta comunidade é representada pela Associação dos Amigos e Moradores do Pouso da Cajaíba, no entanto atualmente esta associação está sem presidente e se encontra inativa.

No local é encontrada uma escola do ensino fundamental. O maior problema encontrado pelos moradores é em relação ao transporte marítimo que ligue a praia ao

distrito de Paraty. Não existe um transporte regular para este uso. Os resíduos sólidos são parcialmente selecionados para reciclagem, porém os moradores são responsáveis pelo transporte deste para o distrito.

Praia do Calhaus

Esta comunidade é representada pela Associação de Moradores da Praia do Calhaus, cujo presidente chama-se Sr. Francisco Carlos Lopes de Oliveira. A comunidade, que possui aproximadamente 180 habitantes, considera como principal problema a falta de banheiros (saneamento básico) nas residências das principais famílias. A luz solar (fig. 26) já foi implantada no local, mas não beneficia todas as famílias.

A tentativa de implementação de um tanque-rede para armazenamento de pescado foi fracassada nesta comunidade, pois os caiçaras locais consideram o tanque pouco resistente, além de se verem obrigados a fornecerem seu pescado para os “atravessadores”, pois caso contrário não conseguem sanear suas dívidas com os mesmos.



Figura 26: Luz solar na praia do Calhaus

Praia Grande da Cajaíba

A comunidade local é representada pela Associação de Moradores da Praia Grande da Cajaíba, presidida pelo Sr. Altamiro dos Santos. O local possui bacia hidrográfica composta por três rios principais com cachoeiras e algumas nascentes, além de uma praia de alto valor paisagístico. Todavia, a comunidade local enfrenta graves problemas referentes à questão fundiária. Atualmente, mais da metade das famílias já venderam suas terras, restando 11 famílias.

Além disto, a única escola encontrada no local situa-se distante da comunidade, obrigando as crianças a se deslocarem por locais de risco. Quando há ocorrência de chuvas, devido ao rápido aumento do nível médio do Rio Ataoea e do Córrego da Paria Grande, o acesso da escola à comunidade é interrompido e assim, muitas vezes, as pessoas necessitam dormir na escola. Esta escola possui turmas até a quarta série do ensino fundamental.

Saco do Mamangá

O Saco do Mamangá possui algumas pequenas comunidades ao longo de sua costa. A maior delas chama-se cruzeiro, contando com aproximadamente 150 moradores, é representada pela Associação de Moradores e Amigos do Mamangá, cujo presidente chama-se Sr. Alecir de Oliveira. Neste local é encontrado um grande manguezal, porém a comunidade defronta-se com problemas de diminuição de estoque pesqueiro, devido principalmente a pesca inadequada na região.

Algumas pesquisas científicas já foram realizadas na região, principalmente relacionadas à biologia marinha. Como resultado destas pesquisas podemos observar a diminuição da pesca de arrasto dentro do saco após a implementação de “armadilhas” para rasgar as redes de pesca.



Figura 27: Saco do Mamangá



Figura 28: Sede da associação de moradores

Ponta Grossa

A comunidade da Ponta Grossa esta se organizando para legalizar a situação da associação de moradores do local, que se chamará Associação de Moradores da Ponta Grossa, presidida pelo Sr. Luis Vagner da Silva Souza. Esta associação terá como principais objetivos a construção de um píer comunitário, pois no momento os únicos píeres existentes são particulares. A questão do saneamento básico é outro problema

importante apontado pela comunidade, pois o esgoto doméstico é despejado diretamente na praia. A falta de luz elétrica também é apontada como um dos principais problemas no lugar.

Martins de Sá

Martins de Sá localiza-se ao sul do município, na região litorânea. Nesta praia habita apenas uma família tradicional caiçara, mas as boas condições para a prática do surf, sua riqueza paisagística e suas cachoeiras têm atraído um grande número de turistas na alta temporada. Com isso, atualmente podemos observar problemas como esgoto e resíduos sólidos em excesso durante estes períodos, o que representa uma ameaça ao local.

7.2. Características do Turismo de Paraty

Podemos afirmar que o turismo na cidade hoje tem três vertentes: o turismo cultural, o turismo de aventura e o turismo ecológico. Segundo dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Turismo de Paraty, através de uma pesquisa realizada durante o feriado da Semana Santa, em primeiro de maio de 1997, foi possível constatar que a atividade turística teve as seguintes características:

Procedência dos turistas

São Paulo	44%
Rio de Janeiro	32%
Outros	13%
Exterior	7%

Quadro 2: Procedência dos turistas no município de Paraty

Com as observações empíricas feitas durante os trabalhos de campo, fazem-se necessárias algumas notificações a respeito do resultado mostrado na tabela acima. Levando-se em conta que esta pesquisa foi realizada durante um curto período de tempo, em um feriado nacional, não podemos considerar que os dados referentes ao Quadro 2 sejam representativos da qualidade do turista freqüentador de Paraty ao longo do ano todo. Desta forma, observamos que durante a alta temporada, que inclui o verão e os feriados prolongados, a maioria dos turistas são paulistas, seguidos de cariocas, como mostra a pesquisa acima. Todavia, ao observarmos os períodos de baixa temporada, o

percentual relativo de turistas estrangeiros cresce muito, principalmente se observarmos esta relação durante o inverno nacional (que coincide com o verão europeu).

Idade média

20 a 30	40%
31 a 40	21%
41 a 50	21%

Quadro 3 – Idade média dos turistas de Paraty

A respeito dos dados demonstrados na quadro 3, ressaltamos que ao analisarmos a faixa etária dos turistas de diferentes bairros iremos encontrar médias etárias bastante diversificadas. Observando os turistas de bairros onde a infra-estrutura turística é mais precária, assim como o acesso, constatamos que o número de jovens entre 16 e 25 anos é bastante elevado. Da mesma forma, como o Centro Histórico possui preços de hospedagem e alimentação elevados, podemos observar um percentual relativo maior de pessoas com mais de 35 anos.

Renda em Salários Mínimos

Mais de 20	29%
11 a 20	25%
7 a 10	19%

Quadro 4 - Renda em salários mínimos dos turistas de Paraty

A mesma observação feita no item anterior cabe a este item, ou seja, os turistas que procuram o Centro Histórico têm, relativamente, uma condição socioeconômica mais elevada que os turistas que procuram os bairros mais afastados (como a Praia do Sono, Martins de Sá, Pouso da Cajaíba, entre outros).

Grau de Escolaridade

Superior	75%
2º Grau	21%
1º Grau	4%

Quadro 5 - Grau de escolaridade média dos turistas de Paraty

Se relacionarmos o grau de escolaridade com a condição socioeconômica, observaremos que o turista freqüentador de Paraty possui um nível médio relativamente alto.

Passeios Realizados

Barco	23%
Bairro Histórico	21%
Praias	17%
Cachoeira	9%
Exposições	9%
Trindade	8%
Fazenda Murycana	8%

Quadro 6 - Passeios Realizados pelos turistas de Paraty

A observação mais relevante do quadro 6 acima se refere ao percentual de turistas que optam pelo passeio de barco e pela visitação do Bairro Histórico. Segundo observa es empíricas, o passeio mais realizado no município é no Bairro Histórico. Esta certamente é a primeira op o dos turistas que visitam o município; e mesmo aqueles que viajam para o local com algum outro objetivo específico, dificilmente deixam de visitar o Centro Histórico.

7.3 Identificação dos atores governamentais e não governamentais do município de Paraty

Através das entrevistas realizadas em campo e da pesquisa bibliográfica, levantou-se uma lista de todos atores governamentais e não governamentais do município de Paraty (Quadro 9 e 10). Foram levantados 155 atores, sendo 42 governamentais e 113 atores não governamentais. Estes números demonstram a quantidade de tomadores de decisões que atuam dentro do município, gerando uma teia de projetos, planos, idéias e opiniões, que podem trabalhar em parceria ou não.

Contudo, devido a dificuldades logísticas, financeiras e de pessoal para a realização desta pesquisa, foram entrevistados um total de 67 atores (que estão sinalizados com um asterístico - * - nos Quadros 9 e 10), onde 19 são atores governamentais e 46 atores não governamentais. Vale ressaltar que o número de atores entrevistados é bastante representativo, visto que estes possuem grande poder de decisão dentro do município.

Quando abordamos a questão da gestão ambiental devemos considerar a abrangência do poder do ator, pois este, sendo um tomador de decisões, representa diferentes escalas de influencia na área de estudo. Esta escala é diferente de uma amostragem biológica, por exemplo, onde o número de espécies estudadas deve ser representativo dentro da comunidade de forma matemática. Ou seja, a cada ator deve ser dado um peso diferente.

Atores Governamentais totais

Nível Federal	Nível Estadual	Nível Municipal
<ul style="list-style-type: none">• Ministério do Meio Ambiente• Ministério de Agricultura• Ministério da Integração Nacional• Ministério do Trabalho – Agência de Atendimento de Paraty*• Ministério da Cultura• Agência Capitania dos	<ul style="list-style-type: none">• Feema• IEF – Instituto Estadual de Floresta*• Detran*• Serla• Secra• Tribunal de Contas• Funasa• CECA• EMATER – Rio*	<ul style="list-style-type: none">• Prefeitura Municipal de Paraty*• Secretaria Municipal de Obras, Arquitetura e Urbanismo*• Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Meio Ambiente*• Secretaria Municipal de Finanças*

<p>Portos - Ministério da Marinha*</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ibama* • DAC – Departamento de Aviação Civil • SPU • FUNAI • FNDE • Incra • FUNDEF • IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico Nacional* • MEC • Eletronuclear 	<ul style="list-style-type: none"> • ITERJ – Instituto de Terras do Estado do Rio de Janeiro* • Secretaria Estadual de Obras • SEBRAE – RJ 	<ul style="list-style-type: none"> • Secretaria Municipal de Planejamento, Controle, Orçamento e Gestão* • Secretaria Municipal de Administração* • Secretaria Municipal de Educação de Paraty* • Secretaria Municipal de Cultura e Turismo* • Secretaria Municipal de Promoção Social* • Secretaria Municipal de Saúde* • Secretaria Municipal de Defesa Civil e Transito* • Câmara Municipal de Vereadores* • Fórum Municipal* • CIS - Centro Integrado de Saúde*
--	---	---

Quadro 9 - Atores Governamentais totais

Atores Não Governamentais Totais

Associação de Moradores	Outros
<ul style="list-style-type: none"> • Associação de Moradores da Praia do Sono* • Associação de Moradores da Ponta Negra* • Associação de Moradores do Sertão da Independência • Associação de Moradores da Ponta 	<ul style="list-style-type: none"> • Comitê Executivo Pró-Unesco* • Recicla Lixo* • Sítio Ecdológico Caminho do Ouro* • Comunidade Sustentável Goura Vrindávana • Grupo Proteção da Vida • Comissão do Orçamento Participativo

<p>Grossa*</p> <ul style="list-style-type: none"> • Associação de Moradores da Ilha das Cobras • Associação de Moradores da Mangueira* • Associação de Moradores da Vila Oratória • Associação de Moradores, Agricultores e Pescadores da Barra do Corumbê* • Associação de Moradores da Várzea do Corumbê • Associação de Moradores de Tarituba* • Associação de Moradores do Taquari* • Associação de Moradores da Serraria • Associação dos Moradores e Produtores Rurais de São Roque* • Associação de Moradores de São Gonçalo* • Associação de Moradores do Saco do Mamanguá* • Associação de Moradores da Praia Grande do Cajaíba* • Associação de Moradores da Praia Grande* • Associação de Moradores da Praia dos Calhaus* • Associação de Moradores da Praia do Jabaquara* • Associação de Moradores Nativos e Originários de Trindade* • Associação de Moradores do Portão de Ferro I • Associação de Proprietários, Moradores 	<p>da Prefeitura Municipal</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ong. Caixadaço-Bocaina • SIMPAR - Sindicato dos Funcionários Públicos de Paraty* • Sindicato dos Trabalhadores Rurais • Corais Cirandeiros • Base Ecológica de Paraty-Mirim • Associação dos Produtores de Pinga Artesanal de Paraty • Comissão Municipal de Empregos • Conselho do Menor e do Adolescente • Conselho Municipal de Política Agrícola Pesca • Conselho Municipal de Saúde • IPHAC – Instituto de Preservação Histórica Cultural Cairuçu Paraty • Centro de Referência e Movimento das Águas • IDACO – Instituto de Desenvolvimento e Ação Comunitária* • Cooperativa das Mulheres de Trindade* • Divulgue Som • Rádio Comunitária – Nova Onda FM • Rádio Mania FM* • Sociedade Musical Santa Cecília • Ong. Fundo Novib • Fórum DLIS • Fundação Roberto Marinho • Paulo Morgara (biólogo do Saco do Mamanguá)* • Teatro Espaço / Caminho do Ouro* • GAE – Grupo de Agro-Ecologia de Universidade Federal Rural
--	---

<p>e Amigos do Bairro do Portal de Paraty Norte*</p> <ul style="list-style-type: none"> • Associação de Moradores da Ponte Branca • Associação de Moradores do Pontal • Associação de Moradores das Pedras Azuis* • Associação de Moradores do Patrimônio* • Associação de Moradores do Pantanal* • Associação de Moradores da Morada das Flores • Associação de Moradores e Pescadores da Ilha do Araújo* • Associação de Moradores da Graúna • Associação de Moradores do Corisco/Corisquinho/Coriscão • Associação de Moradores do Chapéu do Sol • Associação de Moradores da Chácara • Associação de Lavradores e Moradores da Barra Grande* • Associação de Moradores do Penha e Adjacências* • Associação de Moradores de Paraty-Mirim* • Associação de Moradores do Campinho* • Associação de Moradores da Cachoeirinha • Associação de Moradores do Centro Histórico* 	<ul style="list-style-type: none"> • Associação de Artesãos de Paraty* • Associação dos Guias de Turismo de Paraty* • APAE • Fundação Ocairuçú* • Fundação Shell • Fundação Botânica Margaret Mee • Timur Klink (Impresário) – AS Paraty Industrial* • Dom João de Orelans e Bragança (Impresário) • Amyr Klink (Impresário) • Jornal de Paraty* • Ong. CEEPA – Cultura, Educação, Esporte e Proteção Ambiental* • Cooperatiense Transporte de Vans* • AEAP – Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Paraty* • Associação Nhadeva* • SEBRAE • IACV – Instituto Ambiental Costa Verde • Grupo Celavi • Fundação Casa Azul • Centro Excursionista de Paraty* • Associação dos Engenhos de Aguardente de Paraty • ACIP – Associação Comercial e Industrial de Paraty* • ITAE – Instituto Tanus Assistencial de Educacional* • Associação de Caridade Dito Cupê • Asilo São Vicente de Paula • Instituto Arruda Botelho
--	--

	<ul style="list-style-type: none"> • Associação Cairuçu* • SOS Mata Atlântica • IHAP – Instituto Histórico e Artístico de Paraty* • Ong. Araçari • Associação Amigos da Cultura* • Associação Pró-Paraty Patrimônio Mundial Cultural* • Silo Cultural José Kleber* • Fundação Casa da Cultura • Instituto Escolar Laranjeiras • COMAMP – Conselho Municipal de Associações de Moradores da Paraty* • Condomínio Laranjeiras • Mauro Munhoz (projeto de revitalização das bordas d'água do distrito de Paraty) • Universidade Federal Paulista • FAPESCA • Colônia de Pasça Z-18 • COOPESMAR – Cooperativa de Pescadores e Maricultores* • AMAPAR – Associação de Maricultores do Município de Paraty*
--	--

Quadro 10 - Atores Não Governamentais Totais

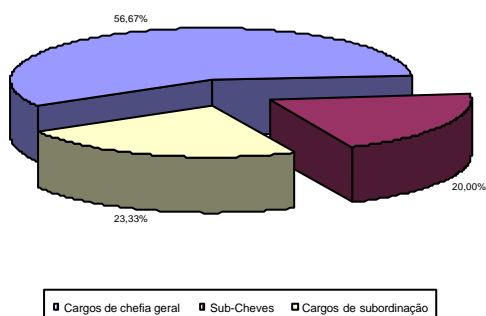
7.4. Perfil dos Atores Sociais do Município de Paraty

7.4.1. Cargos Desempenhados

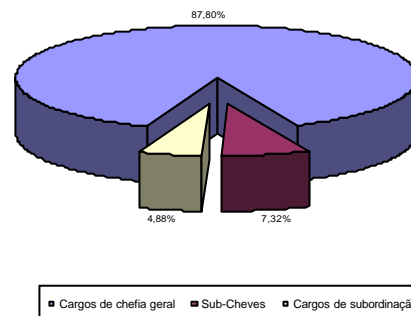
A metodologia deste trabalho consiste, entre outros, na aplicação de entrevistas aos principais atores governamentais e não governamentais do município de Paraty. Considera-se que o ator é um tomador de decisões e está sempre representando um setor da sociedade. Com isso, a escolha da pessoa entrevistada é algo relevante, pois esta tem que se enquadrar neste perfil, caso contrário não estará representando um setor de forma correta.

Para dar maior credibilidade à pesquisa, fizemos o percentual do tipo de cargo desempenhado pelo ator entrevistado e a partir disto é possível saber o quão representativo são os resultados mostrados.

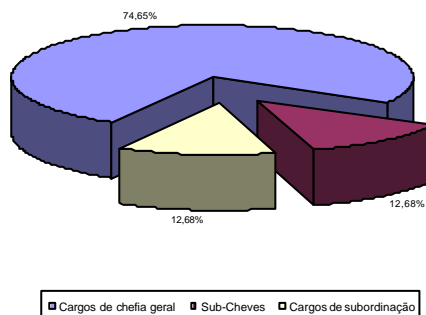
Cargos Desempenhados Pelos Atores Não Governamentais Entrevistados



Cargos Desempenhados Pelos Atores Governamentais Entrevistados



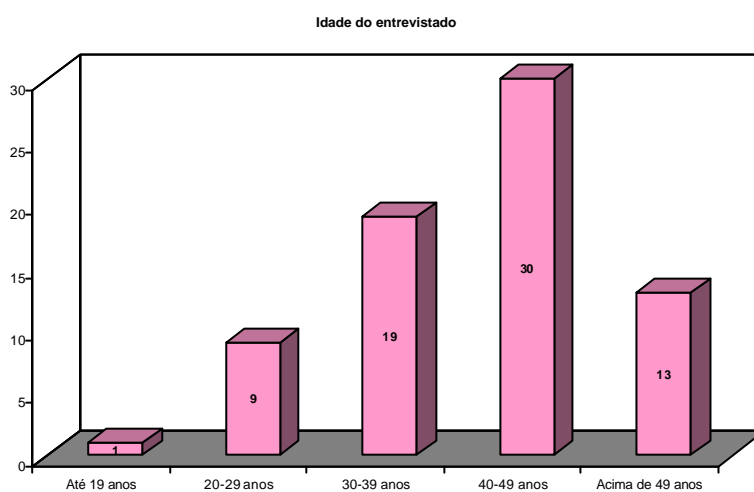
Cargos Desempenhados Pelos Atores Entrevistados



Observamos que em todos os casos a maioria dos entrevistados ocupam cargos de chefia geral, o que indica que estes, dentro do setor que representam, são os principais tomadores de decisão.

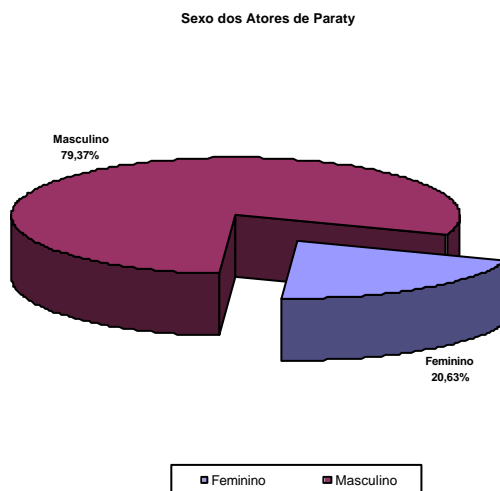
7.4.2. Idade Média

Seguindo com um perfil geral dos atores sociais de Paraty, podemos observar que estes possuem média de idade de 40 a 49 anos. Os jovens são muito pouco representativos dentro deste contexto.

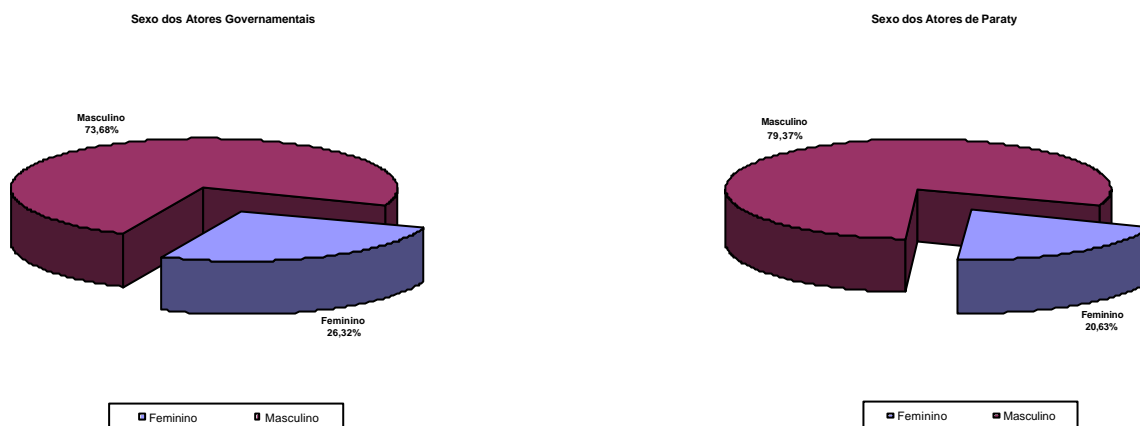


7.4.3. Sexo

O sexo masculino foi visivelmente predominante nos cargos desempenhados pelos atores, representando 79,37% dos entrevistados.

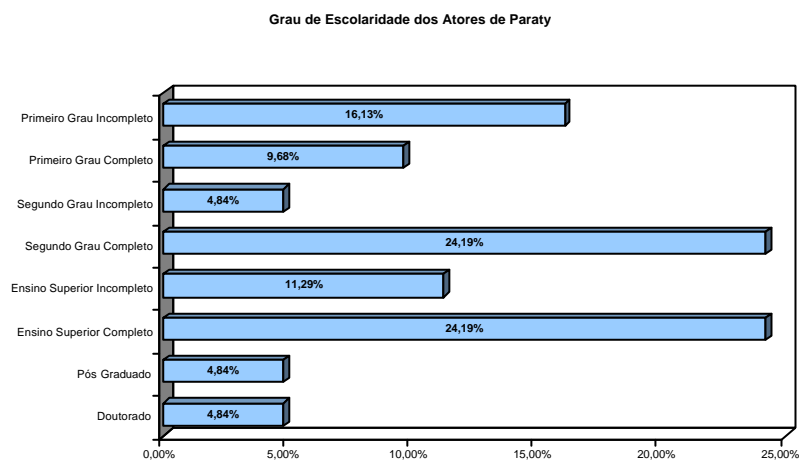


Ao analisarmos os atores não governamentais verificamos que este percentual é ainda maior, como mostra o gráfico a seguir.



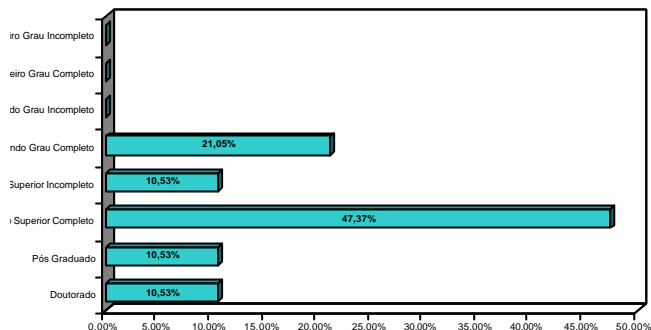
7.4.4. Grau de Escolaridade

Ao analisarmos o grau de escolaridade dos atores sociais de Paraty observamos que 24,19% possui o ensino superior completo e 24,19% o segundo grau completo.

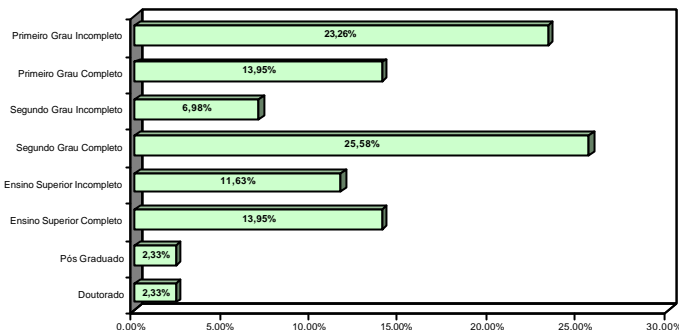


Todavia, analisando os dados referentes a atores governamentais e não governamentais em separado, observamos que há diferença entre o grau de escolaridade destes. Para melhor observação destes resultados temos os gráficos a seguir.

Grau de Escolaridade dos Atores Governamentais



Grau de Escolaridade dos Atores Não Governamentais



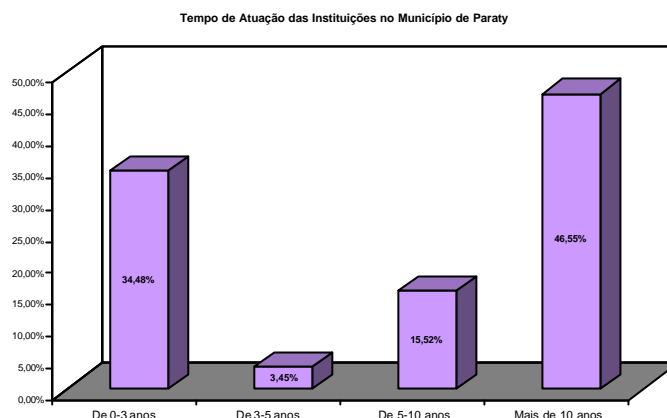
Assim constatamos que os atores governamentais possuem grau de escolaridade superior que os atores não governamentais. Observa-se que 100% dos atores com escolaridade inferior ao segundo grau completo são atores não governamentais. Além disto, a maior parte do percentual de atores com ensino superior completo, assim como pós-graduação e doutorado, é representada pelos atores governamentais.

7.5. Tempo de Atuação das Instituições no Município de Paraty

Os dados referentes ao tempo de atuação de uma instituição têm sua relevância em diversos aspectos. Podemos citar a importância histórica de algumas instituições, que sobrevivem a diversos momentos da história de Paraty; a presença (ou não) de determinada instituição durante a implementação de alguma política pública; a importância (ou não) de determinadas instituições durante uma tomada de decisão no passado, entre outros. Além disto, pode-se observar o crescimento/desenvolvimento do local de acordo com o número de instituições implantadas durante um período de tempo.

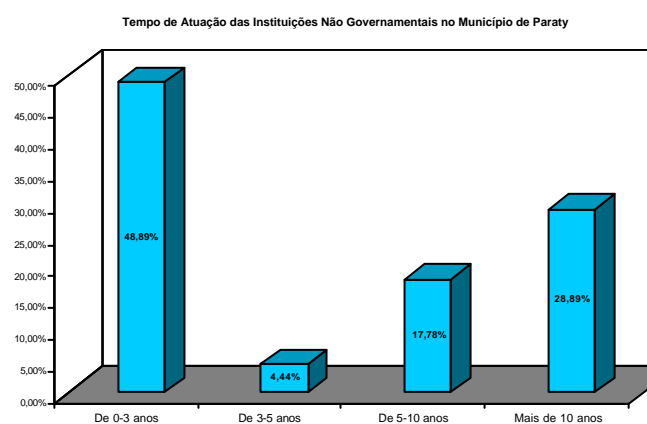
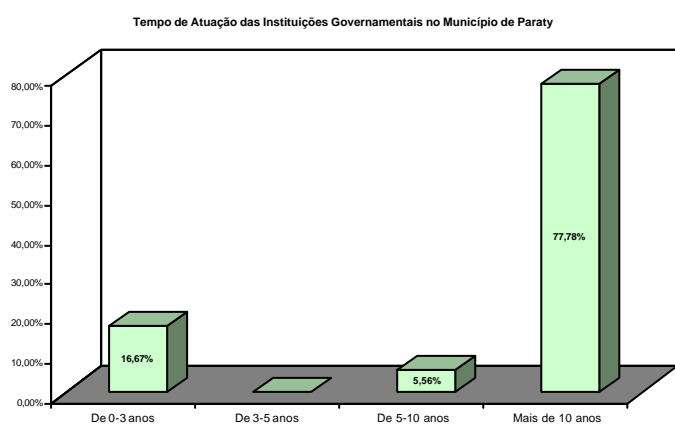
Desta forma é possível constatar que 46,55% das instituições estão presentes no município a mais de 10 anos. Em contrapartida, 34,48% das instituições têm menos de 3 anos. Estes dados demonstram que apesar da maioria das instituições já atuarem no município há um tempo relativamente grande, houve uma grande implementação de novas instituições no local desde o ano 2000, indicando um desenvolvimento do local nos últimos anos.

Observamos também que 15,52% existem no local entre 5 e 10 anos e 3,45% entre 3 e 5 anos.



Contudo, ao analisamos o tempo de atuação das instituições governamentais e não governamentais no município, constatamos que 77,78% das instituições governamentais existem no município há mais de 10 anos e que 48,89% das instituições não governamentais foram implementadas no município desde o ano de 2000. Isto indica um crescimento do terceiro setor nos últimos anos, enquanto as instituições governamentais fazem parte da história do local.

O crescimento do terceiro setor desde 2000 provavelmente está associado à política pública adotada pelo governo municipal em vigor. Durante este período a sociedade civil se viu obrigada a se organizar em forma de associações (como, por exemplo, associações de moradores) a fim de reivindicar seus direitos e estabelecer seus deveres perante o governo local. A Prefeitura Municipal de Paraty só aceita reivindicações e repassa verbas à sociedade civil organizada.

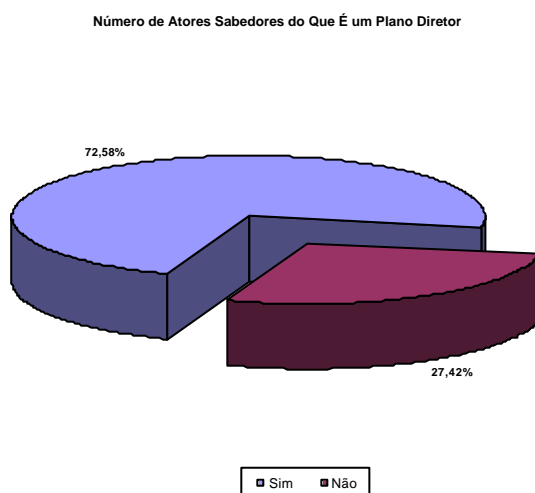


7.6. Quantidade de Atores Que Dizem Saber o Que é um Plano Diretor

O Plano Diretor é um instrumento muito importante na ordenação do uso do solo. O Plano Diretor de Paraty foi aprovado no final do ano de 2002, mas ainda esta sofrendo alterações em alguns aspectos, o que vem causando descontentamento por parte de alguns atores sociais.

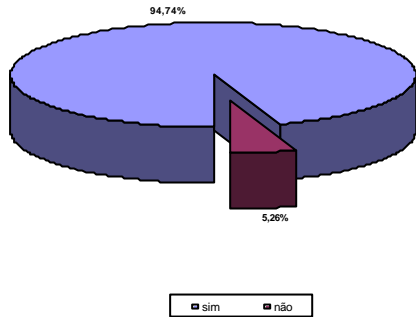
Nesta pesquisa, sabendo da relevância de um Plano Diretor, quisemos tomar conhecimento do percentual de atores conhecedores do que é este e assim verificarmos o nível de participação dos atores sociais na formulação e aceitação do plano. Vale salientar que nem todos os atores que responderam ter o conhecimento do que é um Plano Diretor o têm realmente.

Constatamos que 72,58% dos atores dizem ser conhecedores do que é um Plano Diretor, enquanto 27,42% dizem que não. O resultado é mostrado no gráfico abaixo.

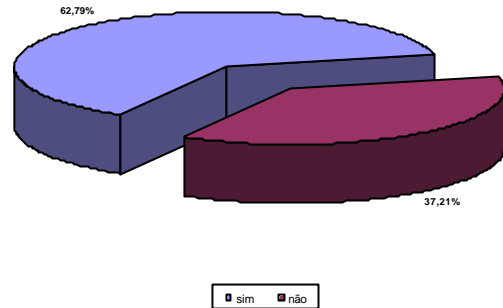


Ao analisarmos o número de atores governamentais e não governamentais que dizem saber o que é um Plano Diretor, verificamos que este conhecimento está agregado prioritariamente aos atores governamentais. Concluimos que este resultado deve-se principalmente ao fato deste plano ter sido votado há pouco tempo (no final de 2002) e para isso houve a participação de diversos atores do governo. Este processo gerou polêmicas dentro dos órgãos governamentais do município, fazendo com que o assunto se popularizasse neste meio. Os gráficos a seguir indicam o percentual de entrevistados que se dizem conhecedores do que é um plano diretor.

Número de Atores Governamentais Conhecedores do Que É Um Plano Diretor



Número de Atores Não Governamentais Sabedores do Que É Um Plano Diretor



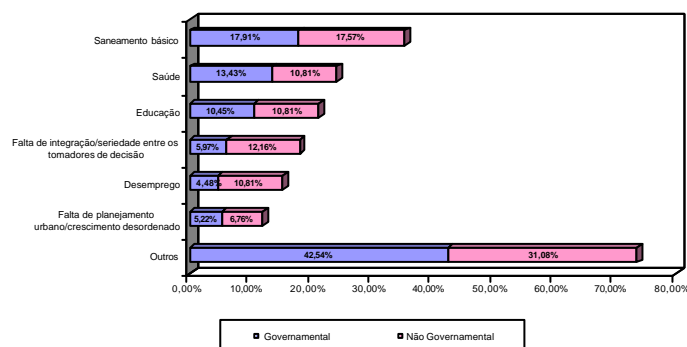
7.7. Principais Problemas do Município de Paraty

Conforme citado anteriormente, um dos principais objetivos do proposto trabalho é identificar quais os principais problemas do município de Paraty. Para isso, após análise estatística das respostas dos atores sociais às entrevistas, utilizando o programa Excel e com o auxílio do Centro de Matemática e Estatística da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, com o projeto PRESTAP, pudemos constatar que o principal problema da área de estudo é a falta de saneamento básico.

Para chegarmos a estes resultados utilizamos duas formas distintas de perguntas: uma que pede aos entrevistados que digam quais os três principais problemas do município; a outra fornecia aos entrevistados uma lista com 12 opções para escolha de 5 problemas considerados como principais. Estes problemas foram enumerados em ordem de gravidade.

De acordo com a primeira pergunta podemos visualizar os resultados nos gráficos a seguir mostrando que o saneamento básico foi apontado como sendo o principal problema.

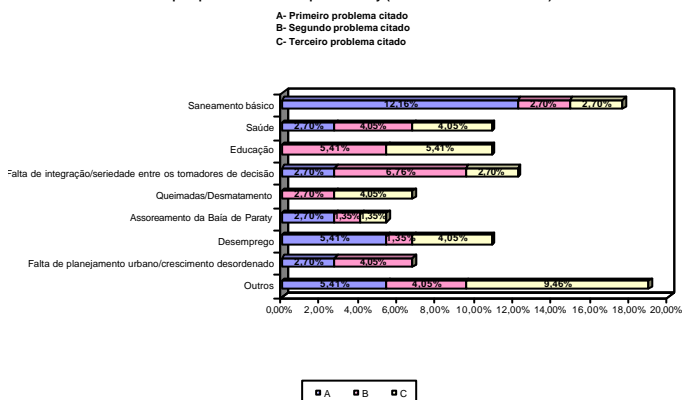
Principais Problemas do município de Paraty



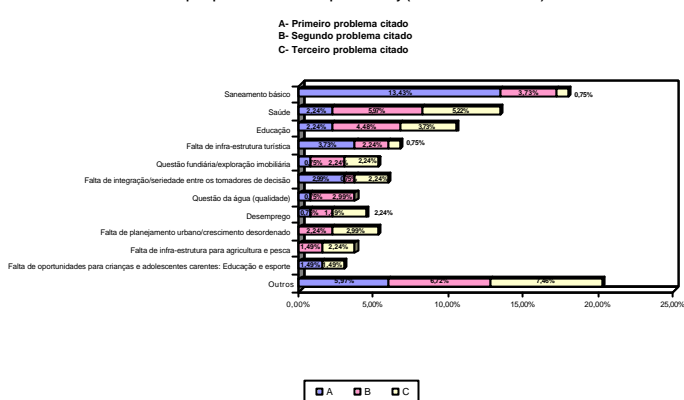
Na seqüência, sendo apontado como segundo principal problema pelos entrevistados, temos os problemas relacionados à saúde (como falta de hospitais, médicos, entre outros). Temos apontado pelos atores sociais como o terceiro principal problema a questão da educação (como falta de escolas, falta de uma universidade, falta de infra-estrutura no setor, etc).

Levando-se em consideração que esta pergunta questionava o ator em relação a três problemas, em ordem de prioridade, observamos de acordo com as respostas dadas

Principais problema do município de Paraty (Atores não Governamentais)

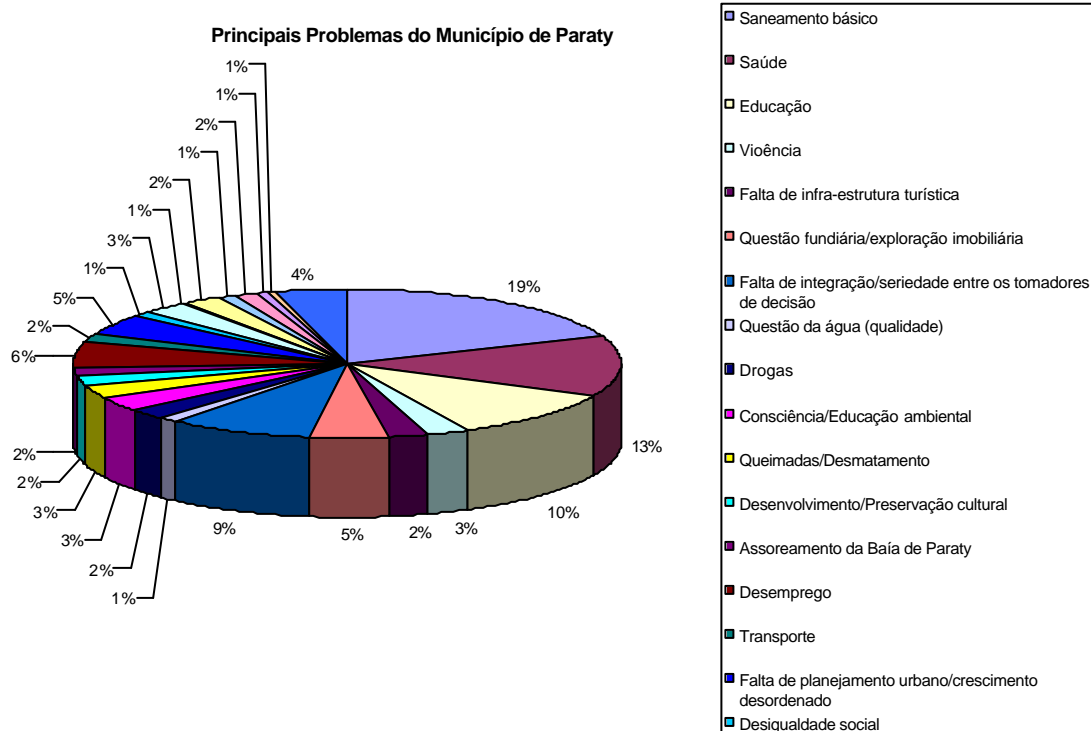


Principais problemas do município de Paraty (Atores Governamentais)

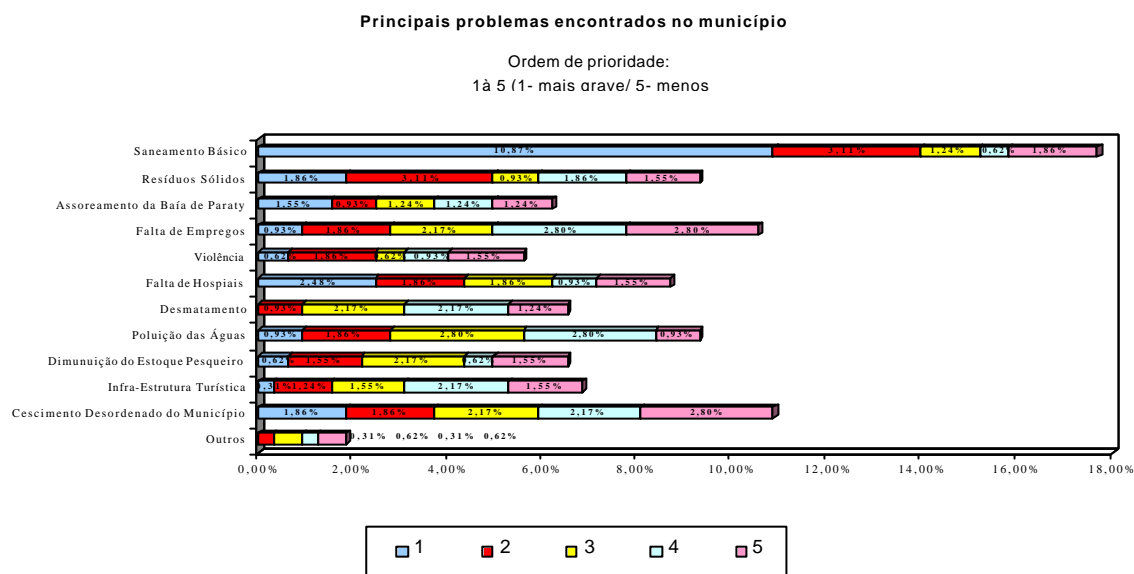


as letras A, B e C o seguinte resultado:

Entretanto, a partir desta mesma pergunta, foi levantada uma lista de todos os problemas apontados pelos atores sociais. Esta lista abrange 17 pontos, como mostra o gráfico a seguir.



Conforme a segunda pergunta, observamos que o saneamento básico foi apontado por 100% dos atores, recebendo diferentes graus de gravidade. De qualquer modo, este problema foi considerado como sendo o mais grave do município, necessitando de soluções urgentes. Os resultados obtidos seguem.



Constatou-se que em nenhuma localidade do município há o tratamento básico de água e esgoto e este é despejado in natura nos rios e no mar. Em poucos locais há utilização de fossas sépticas, porém não existe nenhum estudo que comprove a eficácia destas na região. Vale ressaltar que o lençol freático é muito abundante devido ao alto índice pluviométrico e ao tipo de solo encontrado. Alguns especialistas ponderam a contaminação do lençol freático pelo uso de fossas sépticas.

Os maiores problemas observados em relação a contaminação das águas encontra-se na região da Baía de Paraty defrontante com os bairros do Centro Histórico e Ilha da Cobras. Isto deve-se a maior aglomeração populacional nesta região, que gera conseqüentemente um maior volume de esgoto doméstico. Este esgoto é despejado nos rios Perequê-Açu e Mateus Nunes, que deságuam na baía.

Esta região, contudo, é o local de maior visitação turística. Se a degradação ambiental se mantiver, haverá uma diminuição da frequência do turismo ou diminuição na qualidade deste na região. Os turistas buscam, além de questões históricas e culturais, qualidade ambiental. Desta forma, a qualidade da água torna-se uma questão a ser

resolvida primordialmente, pois esta afeta a principal economia do município e impõe riscos de saúde à população.

Visto a gravidade do problema, foi organizado em outubro de 2003 um Fórum DLIS para debater a questão do saneamento básico no município. Diversos atores participaram desta discussão, levantando questões referentes ao tipo de tratamento para o esgoto, o tipo de tratamento para água de consumo doméstico, os custos de cada tratamento, entre outros.

O bairro do Centro Histórico apresenta-se como um caso particular no tratamento do esgoto, pois este é tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico Nacional – IPHAN e por isso não são permitidas obras que abalem as estruturas do local. As edificações não possuem alicerces, o que dificulta ainda mais a realização de obras no local. Outro agravante é a questão do bairro estar ao nível do mar. Assim, na ocorrência de preamares a água do mar invade as ruas do bairro e conseqüentemente os bueiros (onde o esgoto circula). A mistura de água salgada com o esgoto faz com que o sistema de escoamento de esgoto se interrompa, dificultando o seu possível tratamento.

Uma proposta levantada para o tratamento do esgoto neste local é equivalente ao tratamento de esgoto realizado em Veneza, visto a semelhança arquitetônica entre estes dois locais. A construção de um emissário submarino foi considerada pela grande maioria dos atores como algo exagerado, devido ao número de habitantes.

Para os demais bairros do município houveram diversas propostas de tratamento de água e esgoto, pois cada bairro apresenta características diferentes em termos de população, geologia, hidrografia, entre outros. Com isso é necessário pensar a questão do saneamento básico individualmente para cada bairro. Lagoas de decantação são frequentemente apontadas como uma possível solução.

O MIT realizou pesquisas referentes a qualidade da água no município e constatou duas questões de extrema relevância. A primeira mostrou a presença de substâncias organocloradas na água de consumo doméstico nos bairros do distrito de Paraty. Estas substâncias são consideradas por alguns pesquisadores como cancerígenas, contudo isto ainda não é um fato comprovado. Caso os organoclorados sejam realmente cancerígenos, o tratamento realizado atualmente pela prefeitura municipal não seria indicado. Este tratamento consiste na colocação de cloro na água. Este cloro não é colocado em quantidade específica para a quantidade e qualidade da água, ou seja, a quantidade de cloro despejado na água é aleatória. Além disto, o cloro potencializa o

aparecimento de substâncias organocloradas, principalmente com a presença de sedimentos terrígenos, muito comuns em dias chuvosos.

Outros problemas que refletem na qualidade da água são observados. Como exemplo temos a atividade agropecuária realizada na margem dos rios. Durante esta atividade os animais contaminam as águas com fezes e doenças de diversas naturezas.

Vale ressaltar que existem diversos projetos sendo desenvolvidos no município por órgãos governamentais e não governamentais, porém estes projetos não têm foco na solução do problema do saneamento básico. Podemos analisar este fato como um grande paradoxo, visto que este resultado foi apontado pelos atores responsáveis pelo desenvolvimento destes projetos. Então se pergunta: Por que os atores sociais não se preocupam em resolver o principal problema apontado por eles mesmos?

7.8. Ações Realizadas Para a Solução dos Problemas

Com o intuito de facilitar a tomada de decisões no município de Paraty e a maior integração entre os atores e seus projetos, cabe ressaltar algumas das ações realizadas pelos atores mencionados. Desta forma torna-se possível reconhecer as iniciativas desenvolvidas e, em muitos casos, fazer parcerias entre os projetos já existentes e novos projetos.

Ações Desenvolvidas Por Atores Governamentais

- Secretaria Municipal de Obras, Arquitetura e Urbanismo de Paraty: Desenvolve ações de mutirão comunitário para realização de obras de infra-estrutura básica em diversos bairros.
- Secretaria Municipal de Educação: Desenvolve projeto de educação ambiental nas escolas municipais, incluindo trilhas na mata, aulas práticas, um livreto educativo, entre outros.
- Secretaria Municipal de Saúde: Desenvolve, através do CIS, o projeto Médico de Família, que envia funcionários da área de saúde para visitar todas as comunidades do município, com periodicidade aproximada de 2 semanas, levando orientações referentes a higiene básica, tratamento ginecológico, tratamento odontológico, entre outros.

- Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Meio Ambiente de Paraty: Capacita algumas comunidades caiçara para o cultivo de mexilhão *Perna perna* e presta assessoria técnica nestes.
- Ibama: Apoia o desenvolvimento cultural do Quilombo do Campinho, financiando uma professora de dança afro, organizando o Encontro da Cultura Negra, realizando palestras de preservação cultural, entre outros.
- Secretaria Municipal de Planejamento, Controle, Orçamento e Gestão de Paraty: Procura organizar o orçamento municipal participativo, contudo até o momento este não está contando com a participação efetiva da população.

Ações Desenvolvidas Por Atores Governamentais

- COMAMP: Edita um jornal bimestral que fornece informações gerais sobre o município de Paraty e auxilia todas as associações de moradores, dando diretrizes para os seus trabalhos.
- Instituto Educacional Laranjeiras – IEL: Financiado pelo Condomínio Laranjeiras este instituto constrói e equipa escolas principalmente na Vila Oratória e regiões adjacentes ao condomínio.
- Recicla Lixo: Recebe uma porcentagem dos resíduos sólidos produzidos e “semi-separados” do município. Como função, estes fazem a correta seleção do lixo e o vendem para a reciclagem.
- Associação Pró-Paraty Patrimônio Mundial Cultural: Esta associação trata dos assuntos relacionados a candidatura de Paraty para Patrimônio da Humanidade. Desta forma tenta elaborar projetos que façam a cidade se enquadrar nos quesitos das ONU para ser aceita na candidatura.
- SOS Mata Atlântica: Desenvolveu projeto de capacitação comunitária para a coleta seletiva de lixo. Este projeto atingiu diversas comunidades, porém após esta capacitação apenas algumas continuaram separando o seu lixo.
- El Passo: Realizou o projeto GERA-SOL, em parceria com o Governo do Estado do Rio de Janeiro - SEINPE e com a Prefeitura Municipal de Paraty, instalou painéis de luz solar em algumas comunidades ao sul do município, como a Ponta Negra, o Mamanguá e o Pouso da Cajaíba.
- Instituto Arruda Botelho: Implantou tanques-redes em algumas comunidades caiçaras com o objetivo de armazenar o pescado ainda vivo. Desta forma o

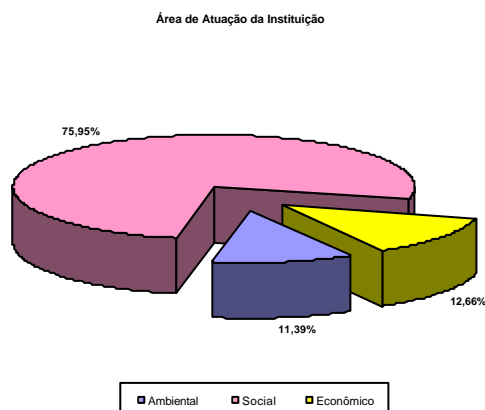
pescador dispensaria o uso de gelo para a conservação do pescado, ganhando tempo para a negociação deste sem estragar a mercadoria.

- Silo Cultural José Kleber: Projeto de aulas de dança afro para a comunidade quilombola do Campinho, em parceria com o Ibama.
- Fundação Margaret Mee: Desenvolve o projeto Cultura de Quintal, que organiza hortas comunitárias em alguns bairros. Podemos observar estas hortas na Praia do Sono e na Ponta Negra, por exemplo.
- Associação Cultural e Artística Nhandeva: Desenvolve projeto para resgatar a cultura guarani.

7.9. Perfil Atual da Situação dos Projetos Desenvolvidos na Área de Estudo

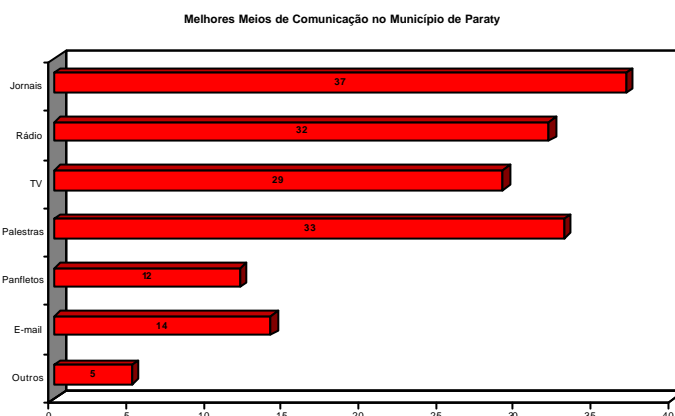
Diversos programas e projetos são desenvolvidos no município de Paraty. Estes projetos que, de forma geral, uma melhoria na qualidade de vida da população local. Cabe salientar que “qualidade de vida” diz respeito a todos os aspectos que contemplam a pessoa, como qualidade ambiental, saúde, educação, violência, empregos, etc.

Contudo, podemos dividir estes projetos em caráter ambiental, social ou econômico, demonstrando suas áreas de atuação preferencial. Assim constatamos que 75,95% dos projetos são de caráter social, 12,66% de caráter econômico e 11,39% de caráter ambiental. Entretanto, observamos 6 unidades de conservação em Paraty, que apresentam diversos problemas de gestão e degradação. Este resultado pode demonstrar um indicativo da falta de informação a respeito destes aspectos ou então que existem outros problemas (problemas sociais) considerados como mais emergenciais a serem resolvidos dentro do município, acarretando pelo maior desenvolvimento de projetos sociais.

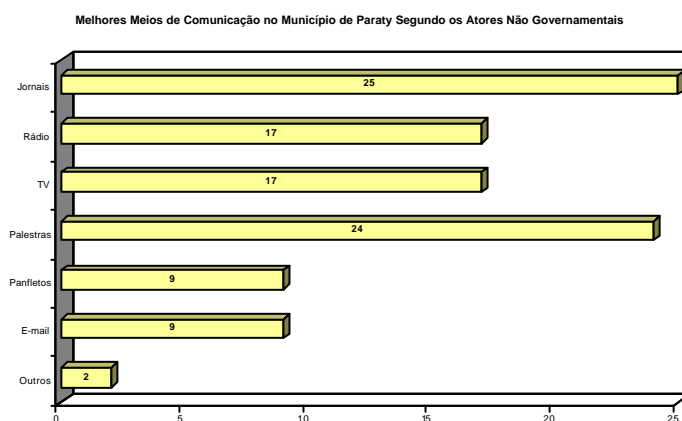
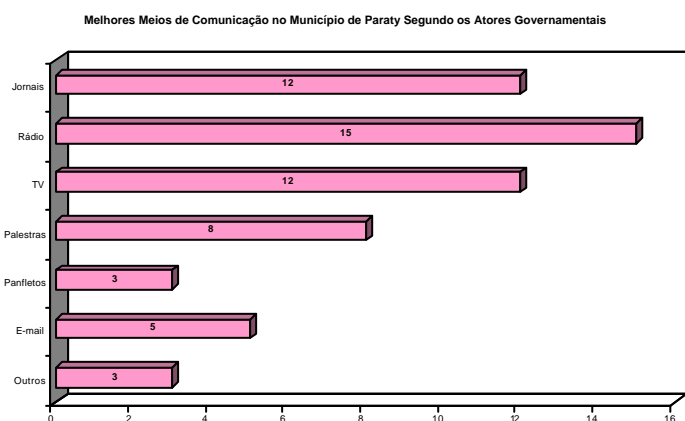


7.10. Melhores Meios de Comunicação no Município de Paraty

Um importante dado para um tomador de decisões, ou mesmo para alguém que deseje fazer um empreendimento em um local, é saber quais são os melhores meios de comunicação para divulgação de uma idéia. Desta forma, de acordo com os resultados apontados nas entrevistas, podemos apontar que como meio de comunicação mais eficiente estão os jornais, sendo apontado por 37 entrevistados. Com 32 votos obtivemos o rádio e com 29 votos as palestras.



Todavia, se quisermos atingir um público específico, devemos observar os melhores meios de comunicação referentes aos atores governamentais e não governamentais, em separado, como segue.



Podemos constatar que segundo os atores governamentais o melhor meio de comunicação é o rádio. Já segundo os atores não governamentais o melhor meio de comunicação são os jornais.

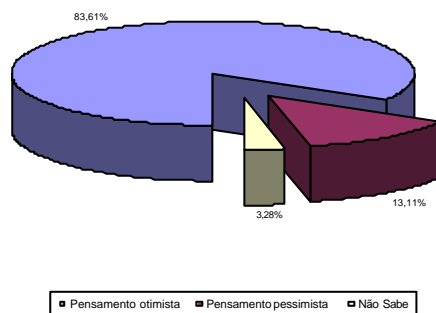
7.11. Qual Será o Futuro do Município de Paraty?

Na proposta deste estudo de gerar informações sobre Paraty, no intuito de fornecer subsídios para a formulação de um PMGC (ou outros fins), há uma finalidade essencial a trazer benefícios para o local, almejando um futuro sustentável.

Para que isto ocorra é preciso o envolvimento da população como um todo e, principalmente, dos atores locais. As expectativas sobre o futuro do local foram questionadas à estas pessoas e assim pudemos constatar que 83,61% dos entrevistados acham que Paraty irá melhorar no futuro. Isto é muito importante no processo de implementação de um PMGC, visto que com este tipo de pensamento a aceitação de um plano que traga melhorias ao local terá grandes chances de ser visto de forma positiva.

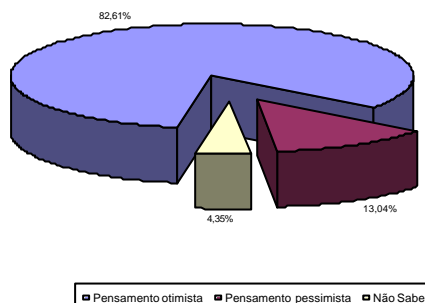
Observou-se no entanto que 13,11% dos entrevistados acham que o futuro de Paraty será pior que o atual e 3,28% não sabem. Podemos observar este resultado no gráfico a seguir.

Pensamento dos Principais Atores em Relação ao Futuro do Município de Paraty

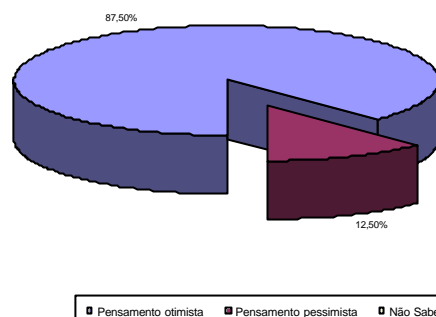


Ao analisarmos os resultados dos atores governamentais e não governamentais em separado observamos que não há uma diferença significativa na opinião destes.

Pensamento dos Principais Atores Não Governamentais a Respeito do Futuro do Município de Paraty



Pensamento dos Atores Governamentais em Relação ao Futuro do Município de Paraty



7.12. Considerações Finais e Recomendações

Sabido que o GCI é um processo, podemos considerar o presente trabalho como uma primeira fase dentro deste processo ao levarmos em conta as principais metodologias utilizadas atualmente. Desta forma, de acordo com o primeiro objetivo levantado nesta pesquisa, observamos que no município de Paraty existem 155 atores sociais, que desenvolvem diversos projetos de âmbito ambiental, econômico e social. A integração deste atores torna-se essencial para a melhor articulação de projetos e realização de parcerias.

No município de Paraty podemos observar poucos setores da sociedade que funcionam de forma integrada. Um bom exemplo é o COMAMP, que é responsável pela assessoria de todas as associações de moradores do município. Contudo, mesmo exercendo um bom papel na sua função, cabe ressaltar que ao tratarmos de *integração*, referimo-nos a todos os setores da sociedade juntos, e não a um segmento específico. Assim, a realidade encontrada na região de estudo atualmente demonstra uma falta de integração entre os atores sociais.

De acordo com a pesquisa realizada, o principal problema de Paraty refere-se a falta de saneamento básico. Este problema gera poluição em alguns rios do município, como o Perequê-Açú e o Mateus Nunes, assim como na Baía de Paraty. Levanta-se a possibilidade de contaminação do lençol freático também.

Em seguida, foi apontada a questão da saúde pública. A falta de um hospital bem equipado e de mão de obra especializada (médicos e enfermeiros) referem-se a este

problema. A educação foi apontada como o terceiro principal problema do local. A este problema os atores referem-se a falta de uma universidade, a dificuldade no transporte escolar a partir do primeiro ano do ensino médio (e muitas vezes até mesmo para conclusão do ensino fundamental) pois só há escolas até estas séries no distrito de Paraty; a baixa qualidade do ensino, a falta de opção para a criança e o jovem de desenvolverem atividades ligadas a esporte, cultura, línguas, informática, entre outros.

Observamos também, de acordo com os resultados obtidos segundo os objetivos, que nenhum dos atores desenvolvem projetos para solucionar o problema apontado como principal (saneamento básico). Este fato é, sem dúvida, alarmante. Associado a isto, observamos também que a maioria dos projetos têm fins sociais e que a minoria possui fins ambientais. Este é outro fato preocupante visto que Paraty possui 6 unidades de conservação e que a falta de saneamento básico atinge diretamente a qualidade ambiental dos recursos hídricos do município.

Vale lembrar que tanto o turismo quanto a pesca são afetados pela baixa qualidade ambiental, principalmente quando nos referimos aos recursos hídricos. Grande parte do turismo, que representa 80% da economia local, procura a Baía de Paraty como fonte de lazer. Da mesma baía depende a pesca, que representa segunda maior economia do município. Com estes argumentos torna-se fácil constatar a importância da qualidade da água no município.

A água para consumo doméstico é outro problema apontado no local. Nesta problemática encontramos dois fatores primordiais: um refere-se a má qualidade da água, principalmente no distrito de Paraty; o outro problema refere-se a falta de abastecimento d'água em alguns bairros. Para este segundo, obras realizadas com mutirões comunitários, com fornecimento de material e assessoria técnica da Secretaria Municipal de Obras, Arquitetura e Urbanismo, estão sendo realizadas.

Tendo atingido os objetivos propostos nesta pesquisa, torna-se possível obter subsídios para ações de caráter técnico para a implementação de um programa de gerenciamento costeiro integrado no município de Paraty. Ressalta-se que este trabalho possui uma proposta pioneira dentro deste município, ou seja, é a primeira vez que se torna possível ter uma visão integrada do local em um mesmo trabalho.

Este fato demonstra como a universidade pode desempenhar um papel importante no processo de GCI. Esta tem a capacidade de criar discussões junto à sociedade e se juntar à temática como mais um ator social. O comprometimento da universidade na elaboração do processo de GCI é um fator primordial pois esta, tendo como função básica

a educação e, principalmente, sem possuir um caráter político, passa a entender e capacitar pessoas para o desenvolvimento e entendimento das etapas metodológicas do GCI.

Neste âmbito, podemos demonstrar como a Universidade do Rio de Janeiro – UERJ, mais especificamente o curso de Oceanografia, poderia estar mais comprometido com as questões locais, criando maiores discussões sobre o assunto e implementando, no mínimo, disciplinas que tratassem do gerenciamento costeiro integrado e das políticas públicas nacionais relacionadas à gestão costeira. A participação da universidade agilizaria o processo de GCI e daria maiores subsídios para o desenvolvimento do PNGC, pois quanto mais atores sociais envolvidos neste processo e quanto mais trabalhos desenvolvidos nesta ótica, mais credibilidade este plano terá perante a sociedade como um todo.

Sob a ótica do GCI, constatamos que Paraty ainda encontra-se na primeira fase deste processo, assim como a maioria dos municípios costeiros brasileiros. Assim, este trabalho contribui para o entendimento desta fase, abrindo oportunidades para futuras discussões a respeito do assunto. As demais fases deste processo irão demandar de bastante tempo e organização da sociedade para serem realizadas.

Constata-se então que o trabalho não se encerra aqui. Este teve um fim acadêmico, para a realização de uma monografia de final de curso de graduação, não tendo assim pretensões maiores. A falta de financiamento, logística, pessoal e tempo foram dificultadores na realização da pesquisa, sendo sugerida então uma continuidade à temática para maior entendimento das questões referentes ao GCI no município de Paraty.

Para isso, deveria haver maior envolvimento da sociedade, maior conhecimento espacial da região, com a obtenção e elaboração de mapas temáticos (1:50.000), maior integração dos atores sociais, entre outros. Isto mostra mais uma vez a importância da universidade neste processo. A criação de um Comitê de Gestão Integrada poderia iniciar as discussões a respeito deste assunto. O Fórum DLIS realizado no município atua de forma similar à este comitê, porém não trabalha as questões do CGI de forma integrada.

Com isso, caso sejam levadas as considerações em conta, consideramos que o município de Paraty possui um futuro promissor, podendo fornecer a sua população uma qualidade de vida exemplar.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CD-Room fornecido pela Prefeitura de Paraty, maio de 2003.

FERNANDES, L.R., 2000. Estudo da Capacidade de Carga da Praia de Laranjeiras, Balneário Camburiú – SC. Universidade do Vale do Itajai: Balneário Camboriu.

FONSECA, C.G.,1999. A Conservação dos Oceanos e a Prática da Maricultura Como Alternativa de Desenvolvimento Sustentável. *Aluna de pós-graduação em Engenharia Ambiental, Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental, Universidade Federal de Santa Catarina.*

Fundação CIDE, 2000. “Estudo Sócio-Econômico 1997-2000, Paraty”. Tribunal de contas do Estado do Rio de Janeiro – Secretaria-Geral de Planejamento. Março de 2002.

Fundação CIDE, 2001. “Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro – 2001”. Tribunal de contas do Estado do Rio de Janeiro – Secretaria-Geral de Planejamento.

Fundação CIDE, 2001. “Diagnóstico Socioeconômico – Paraty, 2001”. SEBRAE – RJ. Tribunal de contas do Estado do Rio de Janeiro – Secretaria-Geral de Planejamento.

Fundação CIDE, 2002. “Guia Sócio-Econômico dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro” – Volume2- Interior – Gráfica JB – págs. 51 à 61. Tribunal de contas do Estado do Rio de Janeiro – Secretaria-Geral de Planejamento.

Governo do Estado do Rio de Janeiro, Secretaria de Estado de Meio Ambiente –SEMA, 1998. Uma Avaliação da Qualidade das Águas Costeiras do Estado do Rio de Janeiro, 1998. Projeto PLANAGUA SEMA/GTZ de Cooperação Técnica Brasil-Alemanha, Fundação de Estudos do Mar –FEMAR.

Ministério do Meio Ambiente – Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – Secretaria do Patrimônio da União, 2002. Projeto Orla – Fundamentos para a Gestão Integrada. Brasília, 2002.

Ministério do Meio Ambiente – Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – Secretaria do Patrimônio da União, 2002. Projeto Orla – Manual de Gestão. Brasília, 2002.

MORAES, A. C. R., 1999, Contribuições Para a Gestão da Zona Costeira do Brasil – Elementos para uma Geografia do Litoral Brasileiro. Editora Hucitec, Edusp, São Paulo, 1999.

MUEHE, D. & VALENTINI, E. 1998. O Litoral do Estado do Rio de Janeiro – Uma Caracterização Físico-Ambiental. Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Estado do Rio de Janeiro – SEMA, Projeto PLANAGUA SEMA/GTZ de Cooperação Técnica Brasil-Alemanha, Fundação de Estudos do Mar – FEMAR.

POLETTE, M. & SILVA, L., 2003, Análise Comparativa Entre os Procedimentos Metodológicos de Gerenciamento Costeiro Integrado: GESAMP, ICAM E PNGC. Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI CTTMar – Centro de Ciências Tecnológicas da Terra e do Mar - Oceanografia Itajaí – SC.

POLETTE, M. & CAVALHEIRO, F., 1996. Gerenciamento Costeiro Integrado: Proposta Metodológica Para a Paisagem Litorânea da Microbacia de Mariscal - Município de Bombinhas (SC) – Brasil. Universidade Federal de São Carlos: São Carlos.

POLETTE, M. & ROSSO, T.C.A, 2001. O Desafio para a Implementação de Gerenciamento Costeiro em Nível Municipal para o Litoral Brasileiro. Centro de Ciências Tecnológicas da Terra e do Mar – CTTMar, Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI e Programa de Pós-graduação em Engenharia Ambiental – PEAMB. Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ.

POLETTE, M. 2002, Subsídios Metodológicos Para a Implementação de uma Política Pública de Gerenciamento Costeiro Integrado em Nível Local, Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, CTTMar – Centro de Ciências Tecnológicas da Terra e do Mar – Oceanografia, Itajaí – SC.

RIBAS, M.C. 2003, “A História do Caminho do Ouro em Paraty”, Contest Produções Culturais e Espaço Cultural Paraty. CIP- Catalogação na publicação – Departamento Nacional do Livro.

SOARES, M.1999. O Oceano – Nosso Futuro – Relatório da Comissão Mundial Independente Sobre os Oceanos. Fundação Mário Soares, Comissão Nacional Independente sobre os Oceanos, CMIO.

<http://www.ana.gov.br> (26/06/03) Informações da Agencia Nacional de Águas sobre a legislação dos recursos hídricos.

<http://www.crescentefertil.org.br/agenda21/index2.htm> (28/04/03) Informações sobre a Agenda 21 no Brasil e no mundo.

<http://www.feema.rj.gov.br/> (26/06/03) Informações gerais sobre o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, características da costa brasileira, entre outros.

<http://www.ibama.gov.br/> (26/06/03) Informações gerais sobre meio ambiente, incluindo estoques pesqueiros, leis ambientais, entre outros.

<http://www.ibge.gov.br/> (05/05/03) Referências numéricas de densidade populacional, áreas, indicadores de desenvolvimento sustentável, entre outros.

<http://www.mct.gov.br/legis/leis/Default.htm> Fornece um apanhado geral das leis ambientais nacionais.

<http://www.mma.gov.br/> (27/05/03) Considerações da Agenda 21 e do Gerco.

http://www.recicle-sc.com.br/outros/leis_ambientais.htm (26/06/03) Resumo das principais

leis ambientais do país.

<http://www.natlaw.com/brazil/topical/en/lebren/lebren15.htm> (26/06/03) Dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas, Áreas de Proteção Ambiental, e dá outras providências.

<http://www.paraty.com.br/golfinhos/> (09/06/03) Dados sobre as espécies de cetáceos encontrados na Baía de Paraty.

<http://www.paraty.com/> (09/06/03) Informações gerais sobre Paraty e fotos digitais.

<http://www.sosmatatlantica.org.br/> (24/02/03). Informações sobre a APA de Cairuçu e sobre o Plano de gestão ambiental da mesma.

<http://www.turisrio.rj.gov.br/minisite/destino.asp> (36/05/03) Artigo sobre a história de Paraty, atrativos turísticos e fotos da Companhia de Turismo do Estado do Rio de Janeiro.

<http://www.uol.com.br/paraty/> (09/02/03) Informações gerais sobre a área de estudo e fotos digitais da mesma região.

<http://www.grupodna.com/guiacidade/> (17/03/03) Informações gerais sobre a área de estudo e fotos digitais da mesma região.

www.paraty.com.br (08/06/03) Informações gerais sobre a área de estudo e fotos digitais da mesma região.

<http://paratyvirtual.terra.com.br> (14/03/03). Informações gerais sobre a área de estudo.

<http://www.eco-paraty.com.br/> (10/02/03) Informações gerais sobre a área de estudo.

<http://www.ecoviagem.com.br/paraty/> (09/02/03) Informações gerais sobre a área de estudo.

9. ANEXOS

Anexo 1- Lei 7661/88

Lei nº 7661, de 16 de maio de 1988.

(Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, e dá outras providências).

Art. 1º Como parte integrante da Política Nacional para os Recursos do Mar – PNRM e da Política Nacional do Meio Ambiente – PNMA, fica instituído o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro – PNGC.

Art. 2º Subordinando-se aos princípios e tendo em vista os objetivos genéricos do PNMA, fixados respectivamente nos artigos 2º e 4º da Lei nº 6.938⁽¹⁾, de 31 de agosto de 1981, o PNGC visará especificamente a orientar a utilização racional dos recursos na Zona Costeira, de forma a contribuir para elevar a qualidade da vida de sua população, e a proteção do seu patrimônio natural, histórico, étnico e cultural.

Parágrafo único Para os efeitos desta lei, considera-se Zona Costeira o espaço geográfico de interação do ar, do mar e da terra, incluindo seus recursos renováveis ou não, abrangendo uma faixa marítima e outra terrestre, que serão definidas pelo Plano.

Art. 3º O PNGC deverá prever o zoneamento de usos e atividades na Zona Costeira e dar prioridade à conservação e proteção, entre outros, dos seguintes bens:

I – recursos naturais, renováveis e não renováveis; recifes, parcéis e bancos de algas; ilhas costeiras e oceânicas; sistemas fluviais, estuarinos e lagumares, baías e enseadas; praias; promontórios, costões e grutas marinhas; restingas e dunas; florestas litorâneas; manguezais e pradarias submersas;

II – sítios ecológicos de relevância cultural e demais unidades naturais de preservação permanente;

III – monumentos que integrem o patrimônio natural, histórico, paleontológico, espeleológico, arqueológico, étnico, cultural e paisagístico.

Art. 4º O PNGC será elaborado e, quando necessário, atualizado por um Grupo de Coordenação, dirigido pela Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar – SECIRM, cuja composição e forma de atuação serão definidas em decreto do Poder Executivo.

§ 1º O Plano será submetido pelo Grupo de Coordenação à Comissão Interministerial para os Recursos do Mar – CIRM, à qual caberá aprová-lo, com audiência do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA.

§ 2º O plano será aplicado com a participação da União, dos Estados, dos Territórios e dos Municípios, através de órgãos e entidades integradas ao Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA.

Art. 5º O PNGC será elaborado e executado observando normas, critérios e padrões relativos ao controle e à manutenção da qualidade do meio ambiente, estabelecidos pelo CONAMA, que contemplem, entre outros os seguintes aspectos: urbanização; ocupação e uso do solo, do subsolo e das águas; parcelamento e remembramento do solo; sistema viário e de transporte; sistema de produção, transmissão e distribuição de energia; habitação e saneamento básico; turismo, recreação e lazer; patrimônio natural, histórico, étnico, cultural e paisagístico.

§ 1º Os Estados e Municípios poderão instituir, através de lei, os respectivos Planos Estaduais ou Municipais de Gerenciamento Costeiro, observadas as normas e diretrizes do Plano Nacional e o disposto nesta lei, e designar os órgãos competentes para a execução desses Planos.

§ 2º Normas e diretrizes sobre o uso do solo, do subsolo e das águas, bem como limitações à utilização de imóveis poderão ser estabelecidas nos Planos de Gerenciamento Costeiro Nacional, Estadual e Municipal prevalecendo sempre as disposições de natureza mais restritiva.

Art. 6º O licenciamento para parcelamento e remembramento do solo, construção instalação, funcionamento e ampliação de atividades, com alterações das características naturais da Zona Costeira, deverá observar, além do disposto nesta lei, as demais normas específicas federais, estaduais e municipais, respeitando as diretrizes dos planos de Gerenciamento Costeiro.

§ 1º A falta ou o descumprimento, mesmo parcial das condições do licenciamento previsto neste artigo serão sancionados com interdição, embargo ou demolição, sem prejuízo da cominação de outras penalidades previstas em lei.

§ 2º Para o licenciamento, o órgão competente solicitará ao responsável pela atividade a elaboração do estudo de impacto ambiental e a apresentação do respectivo Relatório de Impacto Ambiental – RIMA, devidamente aprovado, na forma da lei.

Art. 7º A degradação dos ecossistemas, do patrimônio e dos recursos naturais da Zona Costeira implicará ao agente a obrigação de reparar o dano causado e a sujeição às penalidades previstas no artigo 14 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, elevado o limite máximo da multa ao valor correspondente a 100.000 (cem mil) Obrigações do Tesouro Nacional – OTN, sem prejuízo de outras sanções previstas em lei.

Parágrafo único As sentenças condenatórias e os acordos judiciais (vetado), que dispuserem sobre a reparação dos danos ao meio ambiente pertinentes a esta lei, deverão ser comunicados pelo órgão do Ministério Público ao CONAMA.

Art. 8º Os dados e as informações resultantes do monitoramento exercido sob responsabilidade municipal, estadual ou federal na Zona Costeira comporão o Subsistema Gerenciamento Costeiro, integrante do Sistema Nacional de Informações sobre o Meio Ambiente – SINIMA.

Parágrafo único Os órgãos setoriais, seccionais e locais do SISNAMA, bem como universidades e demais instituições culturais, científicas e tecnológicas encaminharão ao Subsistema os dados relativos ao patrimônio natural, histórico, étnico e cultural, à qualidade do meio ambiente a estudos de impacto ambiental, da Zona Costeira.

Art. 9º Para evitar a degradação ou o uso indevido dos ecossistemas, do patrimônio e dos recursos naturais da Zona Costeira, o PNGC poderá prever a criação de unidades de conservação permanente, na forma da legislação em vigor.

Art. 10 As praias são bens públicos de uso comum do povo, sendo assegurado, sempre, livre e franco acesso a elas e ao mar, em qualquer direção e sentido, ressalvados os trechos considerados de interesse da Segurança Nacional ou incluídos em áreas protegidas por legislação específica.

§ 1º Não será permitida a urbanização ou qualquer forma de utilização do solo na Zona Costeira que impeça ou dificulte o acesso assegurado no *caput* deste artigo.

§ 2º A regulamentação desta lei determinará as características e as modalidades de acesso que garantam o uso público das praias e do mar.

§ 3º Entende-se por praia a área coberta e descoberta periodicamente pelas águas, acrescida da faixa subsequente de material detrítico, tal como areias, cascalhos, seixos e pedregulhos até o limite onde se inicie a vegetação natural, ou, em sua ausência, onde comece um outro ecossistema.

Art. 11 O Poder Executivo regulamentará esta lei, no que couber, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 12 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 13 Revogam-se as disposições em contrário.

Anexo 2 - Principais Cachoeiras

(Fonte do site <http://paratyvirtual.terra.com.br/ecologia/>)

Cachoeira do Bananal

Localizada na estrada Paraty-Cunha (RJ-165), no chamado "Circuito das Águas", com entrada à direita da Rodovia Rio-Santos, da qual dista cerca de 6km. É formada por um desnível de 15 metros no sinuoso curso do Rio Perequê-Açú que deságua em Paraty. Possui vazão de 0,43m³ de água por segundo, despejadas no interior da fazenda do Bananal, que lhe empresta o nome.

Muito procurada por moradores de Paraty e das adjacências, bem como por turistas e visitantes que freqüentam a cidade. Constitui belo espetáculo visual. Faz parte do roteiro programado por várias empresas que se dedicam ao turismo ecológico, instaladas em Paraty.

Cachoeira da Pedra Branca

Encontrada na estrada Paraty Cunha, também no "Circuito das Águas", com acesso à direita da Rio Santos, da qual dista 10km a partir do trevo de Paraty. Belíssima cachoeira com várias quedas d'água e muitos poços e piscinas naturais. Entrada à direita da Estrada da Pedra Branca, logo após a localidade da Ponte Branca, a 500m da sede da Fazenda e Engenho da Murycana.

Cachoeira do Tobogã ou do Penha

Integra igualmente o "Circuito das Águas" de Paraty. O acesso acontece através de uma trilha de 200m, situada próximo à Igreja de N.S. da Penha, à margem da estrada Paraty Cunha, a 1 Um de Paraty.

Suas águas descem sobre enorme formação rochosa, desaguando sobre uma piscina natural, cercada por grandes pedras e tendo como moldura intensa cobertura vegetal.

Os nativos, habituais freqüentadores, deslizam de pé sobre a superfície da pedra, tal como se fosse um "surf de cachoeira".

Cachoeira da Trindade

Acesso pelo km 202 da rodovia Rio-Santos, onde fica o trevo de entrada que conduz à Vila de Trindade. Nas proximidades do centro da vila, siga em direção à Ponta Leste, passando pela Praia de Fora ou dos Ranchos. A trilha da cachoeira, situa-se às margens do rio que desce a encosta para desaguar na Praia dos Codós, entre a Praia do Meio e a Praia do Cachadaço. Após caminhada de 2 horas, considerada de grau leve, atinge se trecho encachoeirado do rio, com várias quedas de água em cascatas, com formação de poços e piscinas naturais. O local possui uma grande pedra com passagem subterrânea para as águas que saem do outro lado do rio, constituindo autêntico sumidouro natural.

Cachoeira do Taquari

Acesso por estrada de terra batida que sai da altura do km 160 da rodovia Rio-Santos, em plena zona rural do município, antes do abrigo de ônibus intitulado "Sertão do Taquari", a 20km do trevo de Paraty.

A cachoeira forma piscinas naturais de 15m por 4m, represada por imensos paredões de pedras escuras que se refletem nas águas. Formada por um desnível topográfico no percurso acidentado do rio Graúna, que possui na região vários trechos encachoeirados, cujas nascentes encontram-se no alto da Serra do Mar, localmente conhecida como Serra da Graúna, descendo suas encostas em curso sinuoso para despejar suas águas límpidas e cristalinas na Baía de Paraty. Servida pelos ônibus da Colitur que saem da rodoviária em direção à Angra dos Reis, com diversas opções de horários.

Cachoeira do Iriri

Localização próxima à Praia de Iririguaçu, na altura do km 158 da rodovia Rio-Santos, a 6km do distrito de Tarituba e a 26km de Paraty, com entrada à esquerda da rodovia. Acesso por estrada de terra antes do abrigo de ônibus intitulado "Sertão do Taquari", a 20km do trevo de Paraty. Sobe-se pela trilha na encosta, à esquerda da estrada vicinal que sai da rodovia em direção ao Sertão.

Poço das Andorinhas

Situa-se no vilarejo chamado Corisco, na zona rural do município, com entrada à direita da rodovia Rio-Santos, sentido Paraty-Ubatuba, a 500m do trevo de entrada para Paraty. Fica à margem da estrada de terra batida, a 5km da rodovia Rio-Santos, na chamada Estrada do Corisco, onde se encontra uma bifurcação. Deve-se tomar o curso à esquerda por mais 2km, distando 7km de Paraty. Constitui opção alternativa por ser fora do Circuito das Águas. Cercado por densa cobertura vegetal. O ônibus da Colitur Paraty-Corisco sai de Paraty em vários horários para o destino.

Cachoeira da Usina ou Toca da Ingrácia

Fica à margem da Estrada Paraty Cunha, logo após a Ponte Branca, (onde se encontra a maioria das cachoeiras de Paraty), a pouco mais de 6km da cidade. Fica em frente a uma formação rochosa existente no sentido Paraty-Ubatuba, a 500m do trevo de entrada para Paraty. Seguir pela estrada de terra batida por 9 km, tomando rumo à direita na Vila do Coriscão, com entrada à direita da rodovia Rio-Santos.

Cachoeira do Coriscão

Localiza-se na Vila do Coriscão, com entrada à direita da rodovia Rio-Santos, no sentido Paraty-Ubatuba, a 500m do trevo de entrada para Paraty. Seguir pela estrada de terra batida por 9 km, tomando rumo à direita na Ponte do Corisquinho. Belíssima cachoeira com um pequeno escorrega natural e grande lago de águas cristalinas. Também conhecida como Cachoeira da Laje ou Cachoeira da Laje Preta. Logo acima se encontra o Poço das Andorinhas.

Anexo 3- Ilhas

(Fonte do site <http://paratyvirtual.terra.com.br/ecologia/>)

Ilha Deserta

Localizada em frente à Ponta da Cajaíba, no início da Enseada do Pouso, a ilha é rica em peixes, sendo considerada um bom ponto para a pesca e a prática de mergulho. Como curiosidade podemos citar os restos de um naufrágio, distante cerca de 100m da costa, situado a 30m de profundidade, que é um atrativo a mais aos mergulhadores.

Ilha da Cotia

Localizada entre o Saco de Santa Cruz e o Saco da Preguiça, esta ilha foi usada no passado para comércio ilegal de ouro e tráfico de escravos. Segundo a comunidade local (contato pessoal, 2003), os antigos escravos que fugiam eram acorrentados em uma gruta, afogando-se com a subida da maré. Podemos encontrar no local uma fazenda marinha com criação de mexilhões *Perna perna*, e sua parte continental é coberta por espécies da Mata Atlântica (jacarandá, aroeira, guapuruvu, peroba, cedro e canela). Além disto, a ilha conta com uma rica fauna, (sendo povoada por capivaras, gambás, cotias, tatus e lagartos) e vários tipos de aves (sabiás, tiês, trinca-ferros, maritacas e martim pescadores). A Ilha da Cotia possui duas praias e nelas podemos encontrar uma certa infra-estrutura turística, como bar, camping, entre outros.

Ilha do Algodão

Localizada entre a Ponta do Arpoador e a Ponta da Cajaíba, a Ilha do Algodão é a maior ilha da Baía de Paraty, com altitude de 230m. Sua parte continental é coberta por espécies da Mata Atlântica (araribás, louros, cedros, canelas, ipês, coqueiros e palmeiras), e povoada por pequenos animais (tatus, cotias, pacas, lagartos, preguiças e porco-do-mato). A ilha também é considerada um excelente ponto para mergulho e pesca. Nela vive uma comunidade caiçara, tendo a vila uma igreja e uma escola rural, além de 2 piers de atracação. Uma nascente abastece os moradores da ilha, além de embarcações que circulam pela região. O local possui alguma infra-estrutura turística, como bares e restaurante.

Ilha dos Cocos

Próxima à Ilha do Algodão, a Laje dos Cocos é local disputado para mergulhos e pesca. A ilha é inteiramente coberta por densa e compacta floresta tropical com árvores de pequeno e médio porte. A Enseada dos Cocos, também chamada Baía dos Cocos é um local bastante visitado por turistas, sendo um ponto de parada para almoços na maioria dos passeios de saveiros.

Ilha dos Meros

Localizada entre a Ponta do Arpoador e a Ponta da Cajaíba, em região de mar aberto e cercada por costões rochosos. Na Enseada da Ilha dos Meros podem ser encontrados cardumes e corais, constituindo um bom local para a pesca e mergulho, com profundidades variando de 4 a 20m. A ilha é revestida por intensa cobertura vegetal onde vivem pequenos animais silvestres, como lagartos e saracuras. Possui vários pontos de fácil ancoragem, mas sem praias ou cais de atracação. Integra o roteiro de vários saveiros que realizam passeios pela região.

Ilha dos Ratos

A Ilha dos Ratos constitui uma pequena formação insular, localizada entre a Ilha Comprida de Fora e a Ilha dos Meros, em frente à Ponta do Arpoador, a 8 milhas náuticas do distrito de Paraty. A ilha possui um costão rochoso e cobertura vegetal de pouca densidade. A profundidade média está entre 9 e 15m, ideais para a prática do mergulho.

No local encontramos cardumes de peixes e corais. Esta ilha é uma propriedade particular.

Ilha do Catimbau

Pequena formação rochosa entre a Ponta Grossa e a Ponta do Arpoador, em frente à Ilha Comprida, formada por grandes blocos de pedra, a 7 milhas náuticas do continente. Sua importância reside em seu estratégico posicionamento na rota da maioria dos saveiros que saem de Paraty. Sua cobertura vegetal se resume a algumas pequenas árvores. O local é considerado excelente para pesca artesanal, podendo-se encontrar um pequeno píer de atracação. Esta ilha também constitui uma rota dos mergulhadores de Paraty e é uma propriedade particular.

Ilha Comprida de Fora

Esta ilha localiza-se ao norte da Ilha do Catimbau, em frente ao Morro da Conceição e possui em sua extensão costões rochosos e várias espécies de peixes, que a torna recomendável para mergulhos e pescarias. Esta ilha é considerada, junto com a Ilha dos Cocos, o local de melhores condições para pesca na região. Possui densa mata tropical, com destaque para árvores frutíferas. A ilha é uma propriedade particular.

Ilha da Pescaria

Localizada entre a Praia Vermelha e a Praia das Lulas, próxima às ilhas do Catimbau e Comprida de Fora. Entre a ilha e o continente encontra-se o Canal do Cristo, ponto de visita saveiros turísticos. Sua orla é composta por costões rochosos, muito procurada para a prática de mergulho, com profundidade média de 10m. Como seu próprio nome indica, a ilha é considerada um excelente ponto de pesca na região. Possui farta cobertura vegetal e uma pequena nascente que atende as necessidades da ilha durante a maior parte do ano. A ilha é uma propriedade particular.

Ilha dos Ganchos

Localizada entre a Ilha do Mantimento e a Ilha Comprida de Fora, em frente à Ponta Grossa de Paraty, esta ilha possui costões rochosos em sua orla e vegetação rasteira. O local é um concorrido ponto de pesca e mergulho. A ilha é uma propriedade particular.

Ilha do Mantimento

A ilha localiza-se entre a Ilha dos Cachorros e a Praia Vermelha, próxima à Ponta Grossa de Paraty. Cercada por costões rochosos a ilha é considerada uma das mais belas do litoral paratiense. Possui intensa cobertura vegetal, com árvores de pequeno e médio porte. Pequena nascente auxiliada por poço artesiano e represa de águas pluviais, alimentam reservatório de 5mil litros que atende as necessidades da ilha. Oferece excelentes condições para mergulhos. A ilha é uma propriedade particular.

Ilha dos Cachorros

Localizada entre a Ilha Rasa e a Ilha do Mantimento, em frente à Ponta do Jurumirim. Sua orla composta por costões rochosos faz o local ser rico em peixes, muito procurado por pescadores. Possui boa cobertura vegetal, com algumas árvores frutíferas (manga, cajú, laranja, limão, carambola e jabuticaba). A ilha é uma propriedade particular.

Ilha da Bexiga

Com localização entre a Ponta da Tapera e a Ponta do Bom Jardim, próxima ao cais de Paraty, esta ilha é propriedade do navegador Amyr Klink. Possui 0,14 km² de área e sua única praia, à oeste da ilha, com 30m, localiza-se no interior de pequena enseada. O ponto mais alto da ilha possui 45m, onde se encontram as ruínas do forte da Bexiga, um dos 7 fortes que compunham a defesa de Paraty. O nome da ilha decorre de uma epidemia de varíola que assolou a região no início do século, na época conhecida como bexiga. Conta-se que as pessoas doentes lá faziam a quarentena. É possível fazer visitas franqueadas pelo proprietário.

Ilhas Duas Irmãs

Localizada entre a Ilha Rasa e a Ilha da Bexiga, a ilha é representada por duas pequenas formações rochosas próximas uma da outra, repletas de bromélias. Possui pequena praia e costão rochoso. Esta ilha é uma propriedade particular.

Ilha Sapeca

Encontrada entre a Ilha do Malvão e a Ilha Comprida, é também conhecida como Ilha do Sapê. Caracteriza-se pela presença de costão rochoso e uma diversidade de vida

marinha. É um dos lugares mais visitados pelos saveiros turísticos. O ponto mais alto da ilha encontra-se a 45m.

Ilha Rapada

Ao norte do distrito de Paraty, em frente à Ilha do Araújo, localiza-se a Ilha Rapada. Sua orla possui extensos paredões rochosos, abrigando várias espécies de peixes (garoupas, corvinas, cavalas, tainhas, bonitos, vermelhos, xereletes, espadas, caçonetes, sororocas, caranhas, sargos-de-beiço, salemas, pirajicas e parus). Nesta ilha funciona um farol da Marinha do Brasil, automático, sem guarnição, com pisca-pisca avermelhado, sinalizando a cada 3 segundos, com visibilidade de 5 milhas, a 48m acima do nível do mar.

Ilha do Araújo

Encontrada entre a Ponta da Praia Grande e a Ponta do Rosa, em frente ao Saco Grande, a 6 milhas de Paraty. O local possui Mata Atlântica e uma fauna rica. Podemos encontrar um tanque-rede, onde é armazenado o pescado e ao norte da ilha, na Ponta da Baleia, há um cultivo de mexilhões. Na ilha também encontra-se condomínios, uma escola rural, uma igreja, bares e uma pousada e áreas para camping. A comunidade da Ilha do Araújo é uma das mais atuantes perante as associações de moradores de Paraty, organizando, por exemplo, coleta seletiva de lixo. Esta comunidade realiza, anualmente, a Festa do Camarão (junho) e a Procissão Marítima de São Pedro e São Paulo (julho), onde ocorre a Benção dos Anzóis, missa realizada no mar. Em torno da ilha existem 4 praias: Salvador Moreira e Pontal ao leste, e Tapera e Brava à oeste.

Ilha do Ventura

Localizada entre a Ilha das Cabras e a Ilha das Palmas, próxima à Pedra da Graúna, a ilha possui intensa cobertura vegetal de Mata Atlântica, uma praia com extensão de 20m, que foi declarada, extra-oficialmente, em 1990 área para a prática de nudismo, embora ainda pouco freqüentada por naturistas. Suas águas tem profundidade média de 5m, ideais para mergulhos. O pico mais alto da ilha tem 42m.

Ilha do Pico

Encontrada em frente ao Saco da Barra Grande, próxima à Ilha Redonda, a ilha apresenta densa vegetação nativa, uma rica fauna, com várias espécies de aves

migratórias que a utilizam como ponto para pernoite, pouso transitório e fonte de alimentação. A ilha é um excelente ponto de pesca, devido à presença de costões rochosos que atraem os peixes. Há uma praia com cerca de 50m. Local de parada para alguns saveiros que circulam pela região.

Ilha do Maçarico

Encontrada entre a Ponta do Guareta e a Ponta do Meio, em frente ao Morro da Barra Grande, esta ilha possui intensa cobertura vegetal e costões rochosos, constituindo um bom local para pesca e mergulho.

Ilha do Cedro

Encontrada entre a Laje Preta e a Ilha do Carço, a Ilha do Cedro possui cobertura vegetal representante da Mata Atlântica e uma praia com extensão de aproximadamente 50 metros, freqüentada por praticantes da caça e pesca submarinas, bem como mergulhadores e pescadores. Sua altitude máxima é de aproximadamente 50m.

Anexo 4 – Principais Engenhos

(Fonte do site <http://paratyvirtual.terra.com.br/ecologia/>)

Engenhos de Paraty

A pinga é um dos produtos mais típicos de Paraty. No século XVIII a cidade chegou a ter mais de 200 engenhos e casas de moenda. Paraty é sinônimo de pinga, afinal a fama de boa qualidade da sua pinga já rodou o mundo e foi premiada internacionalmente por conta da “azuladinha”, que leva folha de tangerina, o que dá sabor ao líquido e o deixa com uma cor especial.

Atualmente funcionam cinco engenhos de famílias tradicionais, que continuam fabricando pinga de modo artesanal. Desde 1983 é realizado em Paraty no mês de agosto o Festival da Pinga.

Segue a descrição de alguns dos principais engenhos da região.

Fazenda Muricana

Localizada ao pé da serra da Bocaina, a Fazenda Muricana é um acervo totalmente colonial, oferecendo aos visitantes as seguintes opções de lazer: Museu em casarão do séc XVIII, com peças de antiguidades rústica e de produção; um engenho de aguardente; um restaurante com capacidade para 300 pessoas, servindo comidas típicas; um mini - zoológico com animais da região e de outras; um rancho com coisas da fazenda (queijos, mel, compotas, etc.); uma queda d’água com piscina natural; cavalos para aluguel, entre outros.

Fazenda Boavista

A Fazenda da Boa Vista foi um tradicional engenho de Paraty. Recentemente foi restaurado e abriga hoje o Projeto da Escola do Mar de Amyr Klink. Esta fazenda, no século XVII, pertenceu aos avós do escritor alemão Thomas Mann. Júlia Mann, sua mãe, nasceu em Paraty e viveu na fazenda até os oito anos de idade.

Fazenda Itatinga

A Fazenda da Itatinga possui um antigo casarão colonial e engenho bem simples, que hoje se encontra quase em ruínas. Uma cachoeira corre ao lado. Seu acesso é possível no Km 193 da Rio-Santos.

Fazenda Bom Retiro

A Fazenda Bom Retiro fica localizada a 3 Km do distrito de Paraty, nas proximidades da rodovia Rio-Santos (BR101). Esta possui uma casa grande bem conservada e os seus antigos donos ainda vivem lá. O local foi tombado em 1957 pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Anexo 5 - Questionário de Campo

Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ
Instituto de Geociências
Departamento de Oceanografia e Hidrografia

“Análise das Ações de Intervenção na Porção Sul do Litoral do Estado do Rio de Janeiro: Estudo de Caso no Município de Paraty”

Graduanda: Mariana de Faria Benchimol

Orientador: Dr. Marcus Polette (UNIVALI/CTTMar – SC)

Co-orientador: Lianne Dornelles (UERJ)

O que é?

Este trabalho busca identificar todas as ações sociais, econômicas e ambientais que estejam ocorrendo no município de Paraty, a fim de gerar subsídios para a formulação de um plano de gerenciamento costeiro integrado. Para isso se tornar realidade, é necessário conhecer opiniões dos atores governamentais e não-governamentais representantes da comunidade local, como você.

Onde?

A região de estudo é o município de Paraty, localizado ao sul do Estado do Rio de Janeiro.

Por que?

O município de Paraty, localizado na divisa entre dois dos mais importantes Estados brasileiros, é palco de um patrimônio histórico nacional, cercado por uma natureza exuberante e que reserva uma enorme potencialidade de desenvolvimento sustentável. Com estes fatores, a cidade vem crescendo e o turismo vem aumentando, gerando inúmeros problemas administrativos de caráter social, econômico e ambiental. Assim, para que este local se mantenha preservado (sem poluição, desmatamentos, construções irregulares, entre outros) é essencial que se formule um plano municipal de gerenciamento costeiro integrado.

Como?

Para propor um processo de gerenciamento costeiro integrado, a participação de todos os envolvidos, como você, é fundamental. Para tanto, está sendo aplicado um roteiro de entrevistas, onde este questionário busca levantar algumas informações, como:

- Os principais problemas de Paraty;
- As ações que estão sendo desenvolvidas com o intuito de solucionar estes problemas;
- As possíveis soluções dos problemas relacionados;
- Quem são os principais atores governamentais e não governamentais do município.

Todos os resultados alcançados serão levados ao conhecimento da população, para que se busque, de forma participativa, solucionar os problemas encontrados.

Para quem?

Este trabalho objetiva levantar informações sobre o município de Paraty, fornecendo uma visão integrada da região. Isto será de extrema importância para os tomadores de decisão, como o governo, assim como para aqueles que tenham o interesse de conhecer a realidade do município de forma objetiva. Os resultados desta pesquisa estarão à disposição de todos os interessados, sem restrições.

Deste modo, para que este trabalho alcance os resultados corretos, contamos com a sua participação, assim como a de todos os atores representativos deste cenário. Esperamos que tenham consciência da sua importância no contexto do problema. Não se esqueça: as gerações futuras dependem fundamentalmente das atitudes que tomamos no presente.

“Análise das Ações de Intervenção na Porção Sul do Litoral do Estado do Rio de Janeiro: Estudo de Caso no Município de Paraty”

Objetivos: Estabelecer subsídios para a formulação de um plano municipal de gerenciamento costeiro integrado em Paraty, localizado na porção sul do Estado do Rio de Janeiro.

Dados Gerais

Instituição que representa: _____

Nome do entrevistado: _____

Endereço: _____

E-mail: _____

Telefone de contato: _____

Idade: ____anos

Gênero: M

F

Naturalidade: _____

Grau de Escolaridade:

1° Grau Incompleto

1° Grau Completo

2° Grau Incompleto

2° Grau Completo

Ensino Superior Incompleto

Ensino Superior Completo

Pós Graduação

Doutorado

Qual o cargo você desempenha dentro da sua instituição?

QUESTIONÁRIO

1) Há quantos anos a sua instituição atua neste local?

() 0-3 anos

() 3-5 anos

() 5-10 anos

() mais de 10 anos

2) Qual a atuação da sua instituição?

3) A sua instituição já realizou ou realiza trabalho em parceria com outras instituições neste local? Qual(is)?

4) Você sabe o que é um Plano Diretor?

() sim () não

IDENTIFICANDO OS GRUPOS DE ATORES

Podemos definir como ATOR um indivíduo ou instituição que desenvolva um papel importante na tomada de decisões de um determinado local. Ator é, acima de tudo, aquele que representa um setor da sociedade e que desenvolve atividades e projetos em função dela.

Desta forma, entenda como **atores não-governamentais**, pessoas OU instituições que não tenham vínculo direto com o governo, como associações de moradores, associações de classe, organizações de proteção à natureza, empresários, etc.

Define-se como **atores governamentais** as instituições (e/ou os responsáveis por estas) que dizem respeito as três esferas de poder (municipal, estadual e federal). Neste caso, pode-se exemplificar como atores governamentais, as instituições que têm por função, implantar programas de políticas administrativas, e que são de suma importância na resolução dos problemas apontados.

1) Baseado neste conceito, você consegue identificar quais os principais atores responsáveis pela solução dos problemas da cidade?

Instituições Governamentais	Instituições Não-Governamentais
1)	1)
2)	2)
3)	3)
4)	4)
5)	5)

6)	6)
7)	7)
8)	8)
9)	9)
10)	10)

GERENCIAMENTO DE PROBLEMAS

1) No ponto de vista da sua instituição, quais são os principais problemas do município de Paraty?

A) _____

B) _____

C) _____

2) Quais seriam as possíveis soluções para estes problemas?

A) _____

B) _____

C) _____

3) Qual influência que a sua instituição possui na **geração** e na **solução** destes problemas (apontados acima – pergunta 1)?

4) Enumere, de 1 à 5, em ordem de prioridade (1- mais grave / 5 – menos grave), quais são os principais problemas encontrados no município?

Saneamento básico

Resíduos sólidos (lixo)

Assoreamento da Baía de Paraty

Empregos

Violência

Falta de hospitais

Desmatamento

Poluição da águas

Diminuição do estoque pesqueiro

Infra-estrutura turística

Crescimento desordenado do município

Outros _____

4) Como você gostaria que as informações sobre o que ocorre na cidade de Paraty chegassem até você?

jornais;

palestras;

radio;

panfletos;

tv;

e-mail;

outros. Quais? _____

5) O que se espera para o futuro do município de Paraty?
